

Frigol S.A.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as
informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025

Ref.: Relatório nº 254SU-010-PB



Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025	12

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 - 6º andar, Sala 602 - Vila do Golf - Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Frigol S.A.
Lençóis Paulista – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Frigol S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias, consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, aplicáveis às entidades no Brasil, registradas na CVM, e apresentadas de forma condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 05 de maio de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Frigol S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	230.226	359.584
Contas a receber de clientes	7	116.840	78.874
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	7 / 13	5.397	10.169
Estoques	9	120.421	120.188
Ativo biológico	9.1	13.976	27.261
Impostos a recuperar	10	182.221	149.696
Adiantamentos a fornecedores	-	5.552	2.716
Derivativos a receber	30	4.267	1.053
Outros créditos	8	49.044	46.136
Total do ativo circulante		727.944	795.677
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	10	198.033	201.970
Impostos fiscais diferidos	11	230.582	210.717
Depósitos judiciais	24	5.861	5.658
Partes relacionadas	13	14.777	14.334
Outros créditos	8	53.447	58.426
		502.700	491.105
Imobilizado	14	279.003	278.481
Intangível	15	786	849
Direito de uso	19	22.585	24.387
		302.374	303.717
Total do ativo não circulante		805.074	794.822
Total do ativo		1.533.018	1.590.499

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	16	107.451	166.446
Fornecedores - partes relacionadas	13 / 16	4.075	3.210
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	135.418	156.600
Arrendamentos a pagar	19	10.190	11.810
Salários e encargos sociais a pagar	20	33.188	36.138
Impostos e contribuições a recolher	21	10.412	10.138
Adiantamentos de clientes	17	103.761	98.881
Indenizações cíveis a pagar	22	1.254	1.159
Dividendos a pagar	23	19.334	19.334
Derivativos a pagar	30	165	12.936
Outras contas a pagar	25	56.727	58.536
Total do passivo circulante		481.975	575.188
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	450.644	415.760
Impostos e contribuições a recolher	21	10.440	11.220
Arrendamentos a pagar	19	12.090	13.570
Provisões para riscos processuais	24	1.607	1.419
Indenizações cíveis a pagar	22	2.681	2.801
Outras contas a pagar	25	52.449	64.795
Total do passivo não circulante		529.911	509.565
Total do passivo		1.011.886	1.084.753
Patrimônio líquido			
Capital social	26	126.935	126.935
Reserva legal	-	22.255	22.255
Reserva de lucros a realizar	-	32.647	32.647
Reserva de reavaliação	-	7.476	7.543
Ajustes de avaliação patrimonial	-	2.119	2.140
Reservas de incentivos fiscais	-	92.605	92.605
Outros resultados abrangentes	-	2.293	(12.074)
Reserva de lucros	-	234.802	233.695
Total do patrimônio líquido		521.132	505.746
Total do passivo e patrimônio líquido		1.533.018	1.590.499

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Demonstrações do resultado para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	27	971.739	821.606
Custo dos produtos vendidos	28	(876.816)	(724.735)
Lucro bruto		94.923	96.871
Despesas gerais e administrativas	28	(26.342)	(22.828)
Despesas de vendas	28	(64.959)	(66.088)
Outras despesas	28	(2.346)	(6)
Outras receitas	28	2.049	8.303
Total das despesas operacionais		(91.598)	(80.619)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		3.325	16.252
Resultado financeiro líquido	29	(22.171)	(24.256)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(18.846)	(8.004)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11	19.865	2.944
Lucro líquido (prejuízo) do período		1.019	(5.060)
Lucro por ação	31	0,01	(0,04)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.019	(5.060)
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	88	89
Contrapartida de ajustes em operações de hedge	(14.367)	5.893
Resultado abrangente do período	(13.260)	922

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	126.935	11.330	-	169.292	7.819	2.222	3.323	1.064	321.985
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(69)	-	-	69	-
Realização do custo atribuído sobre o ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(20)	-	20	-
Contrapartida dos ajustes de operações de hedge	-	-	-	-	-	-	(5.893)	-	(5.893)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(5.060)	(5.060)
Saldos em 31 de março de 2024	126.935	11.330	-	169.292	7.750	2.202	(2.570)	(3.907)	311.032
Saldos em 1º de janeiro de 2025	126.935	22.255	32.647	92.605	7.543	2.140	(12.074)	233.695	505.746
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(67)	-	-	67	-
Realização do custo atribuído sobre o ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(21)	-	21	-
Contrapartida dos ajustes de operações de hedge	-	-	-	-	-	-	14.367	-	14.367
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1.019	1.019
Saldos em 31 de março de 2025	126.935	22.255	32.647	92.605	7.476	2.119	2.293	234.802	521.132

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.019	(5.060)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do período com o fluxo de caixa		
Depreciação e amortização	6.409	5.834
Ativo biológico	2.866	3.174
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(19.865)	(2.944)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	3.647	26.418
Provisão de participação nos resultados	(5.151)	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(96)	(314)
Realização da provisão para realização dos estoques	(757)	451
Valor líquido das baixas do ativo imobilizado	28	224
Provisões para riscos processuais	188	(604)
Contrapartida dos ajustes de operações de hedge	14.367	(5.893)
Variação líquida do direito de uso/arrendamento a pagar	-	(2.253)
	2.655	19.033
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(33.098)	9.665
Estoques	10.943	11.401
Impostos a recuperar	(28.588)	4.412
Adiantamentos a fornecedores	(2.836)	(397)
Outras contas a receber	(1.143)	6.633
Depósitos judiciais	(203)	29
Fornecedores	(58.130)	(106.076)
Salários e encargos sociais a pagar	2.201	3.646
Impostos e contribuições a recolher	(506)	(12.145)
Outras contas a pagar	(26.950)	(123)
Adiantamentos de clientes	4.880	9.261
Reclassificação do direito de uso	286	2.553
Fluxo de caixa líquido oriundo das atividades operacionais	(130.489)	(52.108)
Atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado e intangível, líquido	(5.095)	(3.811)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(5.095)	(3.811)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	335.548	225.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(310.180)	(252.686)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(15.313)	(12.485)
Partes relacionadas	(443)	(6.078)
Pagamento de dividendos	-	(751)
Pagamento de arrendamento a pagar	(3.386)	(2.678)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamentos	6.226	(49.078)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(129.358)	(104.997)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	359.584	350.916
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	230.226	245.919
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(129.358)	(104.997)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Frigol S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Venda de mercadorias e produtos	1.017.779	870.143
Receita da prestação de serviços	30	28
Outras receitas	2.634	2.867
	1.020.443	873.038
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços prestados	(876.816)	(724.735)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(37.994)	(41.690)
	(914.810)	(766.425)
Valor adicionado bruto	105.633	106.613
Depreciações e amortizações	(6.409)	(5.834)
Valor adicionado líquido produzido	99.224	100.779
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	39.862	14.867
Valor adicionado total a distribuir	139.086	115.646
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	50.921	46.363
Remuneração direta	39.851	36.977
Benefícios	6.908	6.367
FGTS	4.100	2.947
Outros	62	72
Impostos, taxas e contribuições	21.362	33.325
Federais (incluindo IOF)	(6.491)	9.233
Estaduais	27.733	23.956
Municipais	120	136
Remuneração de capitais de terceiros	65.784	41.018
Juros	62.033	39.123
Aluguéis	3.751	1.895
Remuneração de capitais próprios	1.019	(5.060)
Lucros (prejuízos) retidos	1.019	(5.060)
Valor adicionado total distribuído	139.086	115.646

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

1.1. Geral

A Frigol S.A. (“Frigol ou “Companhia”) foi constituída em 1º de julho de 1992, sob a denominação de Frigol Comercial Ltda., tendo como objeto social o abate de animais bovinos e suínos, industrialização, importação, exportação e comércio atacadista de carnes bovinas e suínas. Em 14 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram por unanimidade a transformação do tipo societário para sociedade anônima de capital fechado, passando de Frigol Comercial Ltda. para Frigol S.A., aprovando também a consolidação do novo estatuto social e elegendo seus diretores executivos. Com a aprovação da transformação do tipo societário, a Companhia converteu as quotas representativas do capital social em ações pelo mesmo valor, não havendo, portanto, qualquer tipo de alteração no capital social da Companhia.

A Companhia é formada por 100% de capital nacional. Em 09 de novembro de 2020, por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) sob nº 531.590/20-3 de 11 de dezembro de 2020, foi alterada sua Sede, que passou a ser situada na Rua Ana Neri, nº 392, bairro Vila Maria Cristina CEP 18.681-160 no Município e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, e que se destina às atividades administrativas.

São três plantas produtivas em Lençóis Paulista – SP, sendo uma de abate de bovinos, outra de suínos e uma graxaria responsáveis pelo abastecimento do comércio exterior e todo o interior do Estado de São Paulo e sua Capital. Possui também duas plantas no Estado do Pará nos municípios de Água Azul do Norte e São Félix do Xingu para abate de bovinos e responsável por abastecer as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, além do mercado externo.

Possui, ainda, operações terceirizadas em Centros de Distribuição nas cidades de Bauru e Jandira, no Estado de São Paulo. O CD de Bauru está localizado na Rodovia Marechal Rondon, Km 348, Núcleo Residencial Edison Bastos Gasparini, utilizado para armazenagem e distribuição para o mercado interno focado na distribuição no varejo do interior do Estado de São Paulo. O CD de Jandira está localizado na Via de Acesso João de Góes, nº 1701 no Jardim Alvorada, utilizado para armazenagem e distribuição para o mercado interno focado na distribuição no varejo na Capital Paulista, Litorais Norte e Sul e Interior.

Exerce também a exploração da atividade agropecuária nas propriedades denominadas fazenda Maguari e fazenda São Félix do Xingu situadas no Município de São Félix do Xingu – PA, e ainda na fazenda Santo Expedito localizada no Município de Água Azul do Norte – PA, as quais são utilizadas nas operações de cria, recria e engorda de bovinos, bem como atividades de confinamento e semiconfinamento de bovinos.

1.2. Principais eventos ocorridos no período

a) Em 02 de fevereiro de 2025, foi aprovada em ARCA a eleição como membros da Diretoria Executiva da Companhia o Sr. Fabio Telles, para o cargo de Diretores sem designação específica, nos termos do art. 11 do Estatuto Social da Companhia;

b) Em 14 de fevereiro de 2025, às 08:00 horas, por videoconferência, conforme Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foi deliberado sobre o tema “extensão do prazo dos contratos de mútuo com a controlada Frigol Holding, pelo prazo dos contratos por até 360 dias, ressaltando, entretanto, em consonância com a política de Partes Relacionadas, a alteração da taxa de juros de 1,25% a.m. para 1,50% a.m., taxa vigente atualmente nos financiamentos da Companhia;

c) Em 28 de fevereiro de 2025, às 08:00 horas, por videoconferência, conforme Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foi deliberado sobre o tema Projeção Financeira para Apropriação do Prejuízo Fiscal dos anos 2012 a 2020 decorrente do processo que transitou em julgado a ação nº 5028609-86.2018.4.03.6100, AREsp nº 2295490/SP (2023/0034690-4). Por unanimidade, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria referendada pelo Comitê de Riscos Financeiro e Compliance suportada por projeção financeira de 10 anos demonstrando a capacidade de utilização dos Prejuízos Fiscais reconhecidos pelo Trânsito e Julgado do Processo;

d) Em 17 de março de 2025 foi deliberado em ARCA a emissão, formalização e operacionalização da 4ª (quarta) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, no valor de R\$ 100.000,00 (cem milhões de reais) na data de emissão com vencimento em 26 de março de 2029, amortização mensal com 24 meses de carência, juros remuneratórios de 100% da taxa DI + 2,40% ao ano, sob regulamentação da CVM 160 e coordenada pela Caixa Econômica Federal (Coordenador Líder);

e) No dia 24 de março de 2025, foi finalizado entre a Companhia e os Executivos beneficiários, os termos de quitação para as Cartas Ofertas do período compreendido entre os anos 2022 e 2024 e aprovados pelo Conselho de Administração, em linha com os valores já provisionados; e

f) Em 31 de março de 2025, foi aprovada em ARCA o pedido de renúncia ao cargo de diretor formulado o Sr. Eduardo Masson de Andrade Martins, com efeitos a partir de 11 de abril de 2025, data na qual será considerado encerrado o seu mandato como Diretor da Companhia. Os membros do Conselho de Administração estabeleceram que, a partir de 12 de abril de 2025, as atribuições do Diretor serão exercidas pelo Diretor em exercício, Sr. Carlos Eduardo Simões Corrêa, sendo unificadas as Diretorias Administrativa & Sustentabilidade e Diretoria Financeira, passando adotar como nova nomenclatura Diretoria Administrativa, Sustentabilidade e Financeira.

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A diretoria executiva da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 05 de maio de 2025.

Declaração de conformidade

Informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e resoluções e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As *IFRS Accounting Standards* não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas *IFRS Accounting Standards*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias.

a) Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o valor mais próximo.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 7 – Provisão para perdas de crédito esperadas;
- Nota Explicativa nº 11 – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota Explicativa nº 14 – Definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e sua recuperabilidade;
- Nota Explicativa nº 24 – Provisão para riscos processuais;
- Nota Explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas adiante.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 (emitida pelo IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, elaborada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As Normas Contábeis (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias, são consistentes com aquelas aplicadas e divulgadas na nota explicativa no 3 das demonstrações contábeis auditadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como com aquelas aplicadas para o período comparativo dos três meses findo em 31 de março de 2025, exceto as normas e alterações com vigência a partir de 1o de janeiro de 2025.

O efeito das demais alterações às normas de reporte financeiro com vigência a partir de 1o de janeiro de 2025 nas informações contábeis intermediárias da Companhia não foram materiais.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

b) Moeda estrangeira

i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no exercício. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: valor justo por meio dos resultados (VJR residual), Valor Justo Por Meio De Outros Resultados Abrangentes (VJORA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes para instrumento de patrimônio e custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os saldos desses ativos financeiros da Companhia são formados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6), operações a receber e outras contas a receber (Nota Explicativa nºs 7 e 8), sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

iii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos na data em que foram originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada, vencida e paga.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e mútuos financeiros entre partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros custos incorridos em trazê-lo às suas localizações e condições disponíveis para venda.

Provisão para obsolescência, ajuste a valor líquido de realização e itens deteriorados são registrados quando necessário. As perdas ocorridas no curso normal da produção são partes integrantes do custo de produção, as perdas anormais, se houver, são reconhecidas diretamente como despesa do exercício.

e) Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas no momento do reconhecimento inicial e no final de cada exercício. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado “Mark to Market (MtM)”, tendo como base aos valores pagos nas praças.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia incluiu custos de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1^a de janeiro de 2009 ou data posterior a esta, quando este for material.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*). Cabe destacar que, a Companhia contratou peritos avaliadores especializados para verificação do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens, para confronto com os valores registrado e controle da mais-valia o que foi resultante para decisão da administração em registrar o custo atribuído (*deemed cost*).

Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado, tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais (veja Nota Explicativa nº 14).

A adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado causou um aumento não relevante na despesa de depreciação nos exercícios futuros, motivo pelo qual a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, são as seguintes:

Descrição	Média ponderada anual
Máquinas e equipamentos	6,08
Instalações industriais	17,73
Móveis e utensílios	4,37
Veículos	3,09
Imóveis e edifícios	29,86
Equipamentos de informática	2,69
Aeronave	1,75
Ferramentas	5,46
Animais de tração	3,50

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 14, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens.

g) Arrendamentos

Os contratos são considerados como arrendamentos quando atender a ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável e tangível;
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer benfeitoria efetuada antes do início do contrato.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou término do prazo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando como base o índice previsto e acumulado no exercício anual do (IGPM). Em caso de falta deste índice, o reajuste terá como base a média da variação dos índices inflacionários do ano corrente ao da execução do aluguel.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

i) Software

As licenças de programas de computador (software) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são registradas pelo custo e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

j) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade para ativos financeiros.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não a propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferido são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinido ou ativo intangível em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado diminuída ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (CPC 48) – Instrumentos financeiros, conforme Deliberação CVM nº 763/16. O reconhecimento desses ativos e passivos são registrados quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

A Companhia classifica os ativos financeiros como subseqüentemente mensurados ao:

- **Reconhecimento pelo custo amortizado**

Os valores em contas a receber e demais recebíveis são classificados como custo amortizado, valores a receber de clientes são de curto prazo já deduzidos as perdas esperadas reconhecidos no resultado. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos estão contabilizadas as taxas efetivas de juros.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

A conta de outros resultados abrangentes compreende os registros das parcelas de ganhos ou perdas advindas de instrumentos de *hedge* em operações de zero cost, termo em dólar (NDF), operação de SWAP e contratos futuros B3 operação BGI.

- **Valor justo por meio do resultado**

Os valores em aplicação financeira são atualizados pela taxa efetiva, negociados em curto prazo com instituições financeiras de primeira linha, seu reconhecimento está bem próximo ao valor justo.

- **Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting**

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato é contratado, sendo reavaliados subseqüentemente ao valor justo. Os Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Qualquer ganho ou perda resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultados, com exceção para *hedge accounting* que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes “contrapartida ajustes em operações de *hedge*”. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos para demonstração de resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

l) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo e longo prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo e longo prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos e despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo e longo prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, ou se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Reconhecimento da receita de vendas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

o) Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com Imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

r) Aspectos ambientais e de governança

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas são sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. Em abril de 2023, a Companhia emitiu seu segundo relatório de sustentabilidade, reafirmando seus compromissos na Agenda ESG.

Durante o segundo trimestre de 2023 a Companhia fez sua segunda aquisição de energia 100% renovável para 100% de seu consumo para os anos de 2025 a 2027, garantindo assim seu consumo de energia até 2027 de energia 100% renovável. Essa compra está em linha com as metas de redução de emissões de Gases do Efeito Estufa prevista desde o segundo relatório de Sustentabilidade de 2023. A aquisição foi realizada através da Santander Corretora de Seguros. Em julho de 2023 a companhia divulgou a adesão ao protocolo de compra responsável de produtos de origem bovina no cerrado (Protocolo Voluntário do Cerrado) desenvolvido pelas associações sem fins lucrativos Proforest e Imafloira, buscando alinhar as condutas responsáveis de monitoramento socioambiental para compra de produtos de origem bovina no bioma.

Em março de 2024 a Companhia divulgou em seu site o relatório de compras de animais para o abate em linha com a SABR26.

s) Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas informações contábeis intermediárias e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, mútuos financeiros entre partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia**

Seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Não foram apresentados por se tratar de diferenças não relevantes com os valores contábeis.

- **Empréstimos e financiamentos**

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. A Companhia deixou de divulgar, devido aos valores não apresentarem divergência relevante com os valores contábeis.

5. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Em março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do capítulo décimo primeiro da política vigente, a revisão da política de gestão de risco de crédito, mercado e liquidez da Companhia.

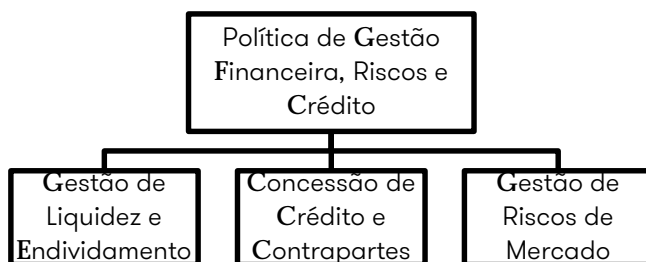
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros ou de suas atividades operacionais:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas informações contábeis intermediárias.

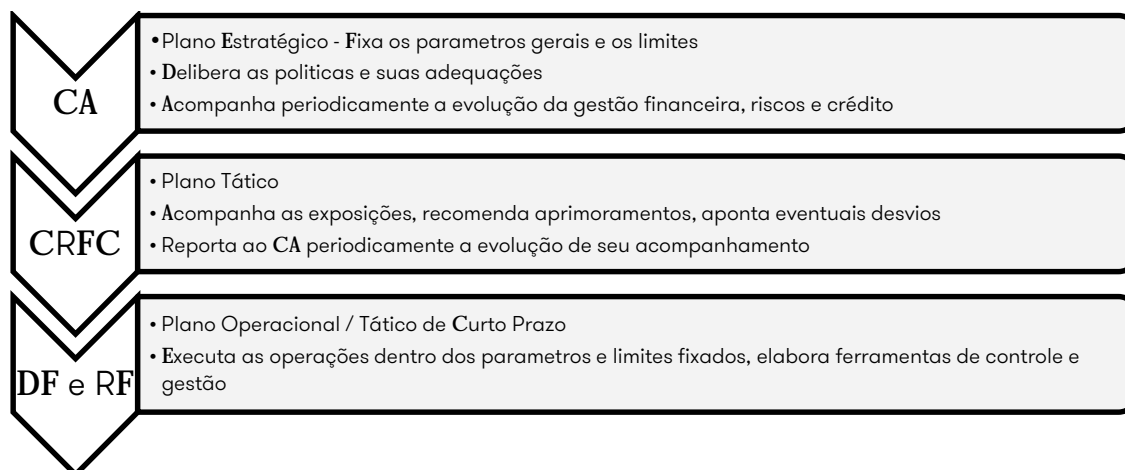
Estrutura da Política



Objetivo

Estabelecer Políticas com critérios sólidos, limites de atuação e decisões que envolvam a gestão: **(i)** de caixa, liquidez e endividamento; **(ii)** concessão de crédito e contrapartes; e **(iii)** das exposições aos riscos de mercado.

Governança e atribuições



5.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. Não existem operações concentradas de venda com um único cliente superior a 10%.

A administração estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega a serem oferecidos.

Os clientes aprovados são monitorados em plataformas de proteção ao crédito pelo período de três meses, sendo este o mesmo prazo de validade do cadastro. Caso sejam identificadas restrições relevantes frente ao limite de crédito aprovado, é realizada a suspensão preventiva do fornecimento, até que o restritivo seja cancelado ou tenha seu teor anulado por documentos anuentes a serem analisados pela equipe interna.

A análise da administração inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Não são adotados limites genéricos de acordo com o segmento de mercado do cliente, como praticado por algumas empresas. Os valores a serem liberados para faturamento são determinados em consequência de uma série de análises. Além das características gerais do negócio são avaliadas também peculiaridades de cada pessoa jurídica sujeita ao processo de avaliação dentre as quais podem ser destacadas:

- Segmento de mercado;
- Mercado interno e mercado externo;
- Histórico de inadimplência;
- Capital social; e
- Tempo de fundação da Companhia.

Os fatores acima mencionados, além de outros essencialmente subjetivos (contexto econômico, variáveis regionais, sazonalidade de vendas etc.), servirão como base para a determinação do crédito a ser concedido, bem como a manutenção do risco no decorrer do tempo.

Atrasos constantes, restrições de crédito em nome da Companhia ou dos respectivos sócios, excesso de devoluções entre outros, poderão incorrer no bloqueio do cadastro, nestes casos o cliente apenas poderá realizar novas compras mediante pagamento antecipado através de depósito em conta corrente.

Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar em base de pagamento antecipado. A concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido a pulverização da carteira de clientes. A Companhia não exige garantia para as vendas a prazo.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação as contas a receber de clientes e outros créditos.

5.2. Risco de liquidez

A gestão do risco financeiro de liquidez visa minimizar os impactos causados por eventos que possam comprometer o desempenho da Companhia sob a perspectiva de caixa.

A gestão da liquidez tem como objetivo específico a manutenção de recursos em volume compatível com os ciclos e sazonalidades do negócio e orienta quanto as classes de ativos e as contrapartes aceitáveis para os investimentos financeiros da companhia.

A Alavancagem da companhia (Dívida Líquida/Ebitda Ajustado) deve ser mantida em níveis inferiores a 2.0 vezes o Ebitda ajustado e no acumulado dos últimos 12 meses correntes, previsto na política. Segue histórico do índice nos últimos 4 trimestres, conforme demonstrado abaixo:

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mês/ano	Ebitda 12M	Dívida Líquida	Alavancagem
Junho/2024	188,7	253,7	1,34x
Setembro/2024	189,8	231,3	1,22x
Dezembro/2024	179,0	212,8	1,19x
Março/2025	176,2	355,8	2,02x

5.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como risco de moeda, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

Dado que a Companhia tem como moeda funcional o Real, todos os controles e atuação da Diretoria Executiva tem como objetivo principal a preservação do fluxo de caixa na referida moeda, observando a convergência da gestão integrada de todos os demais fatores de risco, ou seja, monitorar de forma sistêmica as exposições da companhia.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda, em geral o dólar americano (USD), nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

A Companhia mantém política de proteção cambial em suas exposições nas receitas de vendas para o mercado externo que representam em relação às vendas líquidas o montante é **53,88%**.

A companhia possui política específica para suas exposições em derivativos para proteção das variações no câmbio que possam acarretar oscilações em seus resultados, conforme tabela a seguir:

Tabela de proteção

Meses	Limite de proteção cambial	
	Mínimo	Máximo
M	Carteira de Vendas	80% ou Carteira de Vendas
M+1	Carteira de Vendas	80% ou Carteira de Vendas
M+2	Carteira de Vendas	70% ou Carteira de Vendas
M+3	Carteira de Vendas	60% ou Carteira de Vendas

Proteção cambiais acima de acima de **03** meses após o mês atual de exposição, bem como proteção maiores ou menores que os percentuais supramencionados, poderão ser realizadas desde que previamente avaliadas pelo Comitê de Riscos, Finanças e Conformidade para posterior deliberação no Conselho de Administração.

Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa SOFR, CDI e TR, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

Quanto às aplicações financeiras da Companhia, o indexador é o CDI para operações no mercado interno. Ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis.

A Política instituída para a Companhia, determinou dois pontos específicos sobre as disponibilidades de caixa destinados a aplicação, conforme segue:

- São considerados bancos de primeira linha, àqueles que tenham ratings públicos emitidos pelas principais agências de Classificação de Risco (S&P, Fitch, Moody's), e com classificação mínima **BB-**. Até 5% dos ativos do caixa poderão estar em depósitos ou investimentos em contrapartes diferentes dos bancos de primeira linha;
- Não será permitida concentração superior a 25% da disponibilidade financeira em uma única instituição financeira, exceto se autorizado pelo Conselho de Administração.

Risco com commodities

No curso normal de suas operações, a Companhia compra commodities, principalmente bovinos vivos, maior componente individual dos custos de produção.

O preço dos bovinos adquiridos de terceiros está sujeito a condições de mercado e é influenciado por disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado nacional e internacional, dentre outros aspectos.

A companhia possui política específica para suas exposições vendidas em bovinos (oriunda da necessidade de compra de animais) que possam acarretar oscilações em seus resultados, conforme tabela a seguir:

Limite de proteção commodities (vendido)		
Mês	Mínimo	Máximo
Atual	0%	50%
M+1	0%	50%
M+2	0%	40%
M+3	0%	30%

Proteções de Commodities acima de 03 meses após o mês atual de exposição, bem como níveis de proteção acima ou abaixo dos percentuais supramencionados, poderão praticados desde que previamente avaliados e aprovados pelo CRFC. A política estabelecida pela Companhia, visa estabelecer diretrizes para o processo de gestão dos riscos associados a flutuações do preço da arroba do boi, principal insumo da companhia, 100% dos animais adquiridos para entrega futura, deverão ser protegidos no ato da consumação da transação de compra. Adicionalmente, exposições por conta de confinamento de animais próprios ou de parcerias também deverão ter suas respectivas exposições apuradas e o saldo exposto deverá ser 100 % protegidos.

Outros Risco de Mercado

Adicionalmente aos tipos de Hedge mencionados e previstos em política, caso sejam identificadas outras exposições a riscos de mercado, estas deverão ser apuradas e reportadas ao CRFC sendo que eventuais estratégias de mitigação de risco poderão ser submetidas à análise do CRFC e CA e executadas mediante deliberação e aprovação exclusiva do CA.

Instrumentos de proteção de Risco de Mercado

Com objetivo de mitigação dos riscos de mercado resultantes das transações financeiras e operacionais, ficam aprovados os seguintes instrumentos:

- i) Contratos futuros;
- ii) Contratos a termo (NDF);
- iii) Swaps (Bolsa e/ou Balcão);
- iv) Compras e Vendas de opções de Compra (CALL) e Venda (PUTS) sem alavancagem (ZCC).

Critério de seleção de operações e contrapartes:

- i) Operações preferencialmente realizadas em mercado organizado (Bolsa de Valores);
- ii) Operações de Balcão apenas com as contrapartes previamente aprovadas;
- iii) Operações com Corretoras devem ser realizadas exclusivamente com àquelas que sejam vinculadas ou controladas por Bancos e consequentemente sujeito ao limite de classificação previsto nesta política; e
- iv) Operações de venda (PUT Options) são proibidas.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da administração é gerenciar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Diretoria Executiva. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Gestão de capital

A avaliação de risco para gestão de capital tem como objetivo principal garantir a continuidade da operação da Companhia de forma satisfatória, com estrutura capaz de gerar valor aos acionistas com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A principal ação sobre essa gestão decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Reforma Tributária

A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2025.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa	24	17
Saldos bancários	100.058	94.554
Aplicações financeiras	130.144	265.013
Total	230.226	359.584

Aplicações financeiras

	31/03/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras em moeda nacional		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	130.144	265.013
Total	130.144	265.013

A redução de R\$ 129MM é consequência, entre outros fatores, da redução no saldo de Fornecedores R\$ 58MM, por conta das liquidações de lotes de gado a prazo adquiridos no 4T24, trata-se de um evento sazonal que pode ser observado historicamente em nossas demonstrações financeiras e no segmento de frigoríficos em geral, mais detalhes nota explicativa no 16.

O menor número de dias úteis por conta dos feriados nos últimos dias dezembro, também corroboraram para uma saída maior de caixa no início de janeiro, visto que tais pagamentos R\$ 45MM foram realizados nos primeiros dias úteis do presente exercício.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com contrapartes de baixo risco.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentadas na nota explicativa nº 30.

Os ativos financeiros da Companhia foram classificados conforme suas características e intenção em:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- (ii) Custo amortizado, de acordo com a tabela a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	230.226	359.584
Total	230.226	359.584

7. Contas a receber de clientes

	31/03/2025	31/12/2024
Clientes no país	30.276	75.564
Clientes no exterior	99.305	16.147
Clientes - partes relacionadas (Nota Explicativa no 13)	5.397	10.169
Subtotal	134.978	101.880
(-) Provisão para Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(12.741)	(12.837)
Total	122.237	89.043

As contas a receber de terceiros no exterior são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O aumento de R\$ 33MM no saldo de contas a receber é reflexo da maior participação das exportações sobre a receita bruta no período, passando de 43% do faturamento de dezembro/24 para 55% em março de 2025. O prazo de recebimento das vendas ao exterior é sensivelmente maior se comparado ao mercado interno, impactando diretamente no saldo a receber de clientes.

A Companhia, em 31 de março de 2025, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Contas a receber por idade de vencimento

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	106.273	76.063
Vencidas		
Até 30 dias	3.191	93
De 31 a 60 dias	10	34
De 61 a 90 dias	22	16
Acima de 90 dias	12.741	12.837
Total	122.237	89.043

Movimentação da provisão para Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	31/03/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	(12.837)	(12.592)
Créditos revertidos	38.751	152.110
Créditos provisionados	(38.655)	(152.355)
Saldos finais	(12.741)	(12.837)

A provisão para Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração, diante às eventuais perdas.

A despesa com a constituição da provisão para perda foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na Rubrica “Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa” são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. No período findo em 31 de março de 2025, não foram observadas grandes variações dos saldos do PECLD frente ao encerramento do exercício de 2024. A manutenção dos valores registrados em PECLD demonstra a austeridade de assertividade da Política de Crédito e Cobrança da Companhia, com processos sólidos desde a concessão dos limites, monitoramento das liquidações e ações de recuperação de valores vencidos na carteira.

A Companhia não possui nenhuma garantia sobre os saldos em atraso, esgotada a possibilidade de renegociação com o cliente inicia-se o processo de cobrança na esfera judicial.

8. Outros créditos

	31/03/2025	31/12/2024
Cessão de crédito (a)	8.075	8.075
Despesas a apropriar (b)	12.951	14.843
Indenizações a receber (c)	4.737	4.737
Crédito Banco BTG Pactual S.A. (d)	73.699	73.116
Seguros a apropriar	2.543	3.346
Outros valores a receber	486	445
Total	102.491	104.562
Circulante	49.044	46.136
Não circulante	53.447	58.426

(a) Crédito com a empresa JSS Com. Atacadista de Carnes Ltda. processo nº 0013041-87.2009.8.20.0001 8ª Vara Cível da Comarca de Natal-RN;

(b) Despesas incorridas na estruturação da emissão de debêntures, Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e corretagem na contratação do Pré-Pagamento de Exportação (PPE), CCE e Nota Comercial;

(c) Valor referente ao cumprimento de sentença arbitral favorável à Companhia contra a companhia Kyon PS Trader Energia S.A. processo nº 1020446.75.2022.8.26.0506, valor R\$ 3.983, e processo 0026483-66-2009-4-03.6100 referente ação de execução contra a companhia Eletrobrás S.A., valor R\$ 754.

(d) Saldo referente ao resultado remanescente esperado sobre a alienação de créditos tributários relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrente dos créditos originados das subvenções governamentais do período de 2012 até 2020, pedidos de créditos habilitados para compensação junto à Receita Federal do Brasil sob nº 13032.853518.2024-07 e 13032.853590.2024-26, conforme previsão de utilização dos referidos créditos vis-à-vis as condições contratuais negociadas e impostas na venda ao Banco BTG Pactual.

9. Estoques e ativo biológico

	31/03/2025	31/12/2024
Produtos acabados (a)	91.367	92.206
Ativos biológicos (Nota Explicativa nº 9.1)	13.976	27.261
Almoxarifado e outros (b)	31.861	31.546
Provisão para a não realização (c)	(2.807)	(3.564)
Total	134.397	147.449

(a) No período encerrado em 31 de março de 2025 a variação em relação ao 4trim/2024, a posição de estoque de produtos se mantivera estável. No fechamento do 1otrim/2025 a arroba do gado bovino fechou em média de 306,46 com maior volume de carne bovina em estoque sendo 3.784 toneladas, já no período encerrado em 31 de dezembro de 2024, os estoques eram de 3.660 toneladas, ao preço médio da arroba de 329,50.

(b) A variação da conta de estoque de bens de consumo, bem como os insumos de produção tais como embalagens, no período encerrado no primeiro trimestre de 2025, mantiveram se estáveis comparado ao fechamento do quarto trimestre de 2024.

(c) Foi constituída provisão para não realização de estoque considerando os preços de venda dos produtos acabados realizáveis no mercado em relação ao custo contábil, no período encerrado em 31 de março de 2025 houve recuperação dos preços no mercado interno.

Movimentação da provisão para não realização de estoques

	31/03/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	(3.564)	(1.368)
Revertidos	12.085	23.221
Provisionados	(11.328)	(25.417)
Saldos finais	(2.807)	(3.564)

9.1. Ativo biológico

A Companhia possui atividade pecuária decorrente de operações de confinamento de gado, estando sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de determinar o valor justo deles, baseando-se no conceito de valor a mercado, no mínimo, durante os encerramentos dos trimestres, são reconhecidos os efeitos das valorizações diretamente no resultado.

As operações de ativos biológicos são representadas por gado bovino de confinamento de curto prazo, sendo estas aquisições para abate próprio, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A variação menor de valor em estoque e volume de cabeças do período encerrado em 31 de março de 2025 comparado a 31 de dezembro de 2024 se deve ao abate dos bovinos dos lotes que entraram em confinamento no 3otrim/2024. A Companhia reforça sua estratégia de confinamento para atender as demandas dos países importadores.

	Rebanho (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.898
Aumento devido a aquisição	51.455
Custos operacionais	18.840
Baixa devido a transferência para abate	(59.809)
Mudança no valor justo	5.877
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.261
Aumento devido à aquisição	16.455
Custo operacionais	3.312
Baixa devido à transferência para abate	(30.186)
Mudança no valor justo	(2.866)
Saldo em 31 de março de 2025	13.976

Em 31 de março de 2025, os animais de confinamento para abate eram compostos de 3.137 cabeças (4.871 cabeças em 31 de dezembro de 2024) de bovinos em fase de engorda em pastagem própria.

10. Impostos a recuperar

	31/03/2025	31/12/2024
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (a)	35.487	21.281
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) (b)	78.787	56.570
Programa de Integração Social (PIS) (b)	19.615	15.267
Cofins - exclusão do ICMS da base de cálculo (c)	19.227	18.999
PIS - exclusão do ICMS da base de cálculo (c)	4.287	4.235
IRPJ e CSLL a recuperar (d)	145.117	162.475
IPI a recuperar (e)	588	553
PRR - Programa de Regularização Tributária Rural (f)	68.506	64.378
Imposto de renda retido na fonte	5.467	4.735
INSS a recuperar (g)	3.173	3.173
Total	380.254	351.666
Circulante	182.221	149.696
Não circulante	198.033	201.970

(a) O crédito de ICMS tem como fato gerador a apuração decorrente da aquisição de gado bovino adquirido em operações interestaduais, e, em operação de transferências de mercadorias oriundas das filiais localizadas no Estado do Pará pelo estabelecimento CNPJ nº 68.067.446/0004-10, situado na Rua Dr. Gabriel de Oliveira Rocha, 704 em Lençóis Paulista - SP, referidos créditos são utilizado na compensação dos débitos gerados em meses subsequentes e ainda na aquisição de insumos (embalagens), adquiridos de fornecedores;

No Período encerrado em 31 de março de 2025 a Companhia apropriou-se de créditos do ICMS no valor de R\$ 8.368 conforme estabelece o Convênio ICMS 109/2024, que trata sobre as transferências de mercadorias entre estabelecimentos da mesma titularidade e equiparadas a uma operação sujeita a ocorrência do fato gerador do imposto. Foram considerados os benefícios concedidos pelo Estado do Pará, estes convalidados pelo Confaz nos termos da Lei Complementar no 160/2017 e Convênios 190/2017.

A Companhia contratou uma empresa de consultoria tributária para realização dos trabalhos de levantamento dos créditos dos últimos 05 (cinco) anos e serão posteriormente atualizados em seus registros fiscais;

(b) Os créditos de Cofins e PIS são provenientes, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas utilizadas na produção de produtos exportados ou de produtos cuja venda é tributada a alíquota zero.

A Companhia possui contrato de consultoria externa para validar os créditos e atender as exigências do Ato Declaratório Executivo Cofins nº 25/2010, os créditos são objetos de pedidos de ressarcimento e compreende o período de outubro de 2009 a março/2025, junto a Secretaria da Receita Federal e vem compensando os débitos próprios, imposto de renda retidos na fonte e contribuições previdenciárias;

(c) A Companhia registrou a importância de R\$ 23.514, sendo R\$ 9.688 oriundo de crédito tributário e R\$ 13.826 a título de atualização monetária do referido crédito decorrente da ação de exclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins (processo nº 0007482-71.2009.4.03.6108) e do PIS (processo nº 0007481-86.2009.4.03.6108), com julgamento finalizados em 2021;

O Supremo Tribunal Federal (STF) apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando em definitivo as questões jurídicas referentes ao julgamento do RE nº 574.706, definindo que:

- Os efeitos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins deve se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até 15 de março de 2017;
- O ICMS a ser excluído da base de cálculo das Contribuições do PIS e da Cofins é o destacado nas notas fiscais.

O acórdão do julgamento do RE nº 574.706 PR, finalizado em 15 de março de 2017, estabelecia a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins por ter sido realizado sob o rito de Repercussão Geral, nos Termos do artigo 543-B da Lei nº 5.869/73, somente citada a Secretaria da Receita Federal à citada decisão, após a manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme disposição do art. 19-A da Lei nº 10.522/2002.

(d) O saldo é decorrente de pagamentos mensais de estimativa do Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados até 31 de março de 2025 no montante de R\$ 22.215, sendo principal no valor de R\$ 15.914 e R\$ 6.301 a título de atualização. Em 2021, a Companhia teve decisão favorável no TRF-3 com ganhos em todos os pedidos. Ainda em 2021, embasada pela decisão do TRF-3, dos últimos julgados do CARF e amparada por parecer jurídico iniciou a utilização dos benefícios fiscais do Estado do Pará para efeito de redução da base tributável para imposto de renda e contribuição social, conforme determina a IN 1700/2017, artigo 198. Embora os valores tenham sido utilizados, a Companhia de maneira conservadora optou pelo pedido de restituição e não de compensação para evitar discussões tributárias no âmbito administrativo.

A Companhia possui seu balanço a importância de R\$ 122.902 relativos aos créditos tributários do IRPJ e CSLL sobre as subvenções governamentais, créditos habilitados para compensação conforme pedidos nºs 13032.853518.204-07 e 13032.853590.2024-26;

(e) Em 14 de fevereiro de 2022, o processo nº 5011822-11.2020.4.03.6100 transitou em julgado com desfecho favorável a Companhia, o qual objetivava reconhecer o direito de se creditar do IPI nas aquisições de insumos isentos provenientes da Zona Franca de Manaus, em respeito aos artigos 43, parágrafo 2º, Inciso III, da Constituição Federal de 1988 e 40 do ADCT, com aplicação das alíquotas prevista na TIPI sobre o valor dos produtos adquiridos;

(f) Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) das contribuições previdenciárias do funrural, aprovado pela Lei nº 13.606, de 10 de outubro de 2018, conforme protocolo nº 18186.726879/2018-95.

(g) Valores decorrentes das contribuições previdenciárias e aos terceiros sobre o terço constitucional de férias desde os 05 (cinco) anos que antecederam a propositura do Mandado de Segurança nº 0006968-74.2011.4.03.6100 até a competência 07/2020 (correspondente aos pagamentos realizados até 14 de setembro de 2020, nos Termos do Recurso Extraordinário nº 1072485), no valor total de R\$ 3.173, sendo R\$ 2.121 de contribuições previdenciárias e R\$ 1.052 atualizados a taxa Selic até a data da sua provisão.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social**i) Imposto de renda e contribuição social (diferidos)**

Impostos diferidos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Líquido	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias ativas						
Provisão Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	12.741	12.837	-	-	12.741	12.837
Provisão para riscos processuais	1.381	1.195	-	-	1.381	1.195
Provisão para redução ao valor recuperável de estoques	2.807	3.564	-	-	2.807	3.564
Provisão honorários advocatícios	226	226	-	-	226	226
Provisão de participação no resultado	-	5.151	-	-	-	5.151
Prejuízo fiscal/Base cálculo negativa da CSLL	675.565	611.458	-	-	675.565	611.458
Diferenças temporárias passivas						
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(11.327)	(11.431)	(11.327)	(11.431)
Custo atribuído	-	-	(3.211)	(3.242)	(3.211)	(3.242)
Base de cálculo tributos diferidos	692.720	634.431	(14.538)	(14.673)	678.182	619.758
IRPJ - diferidos - diferença temporária	173.180	158.607	(3.634)	(3.668)	169.546	154.939
CSLL - diferidos - diferença temporária	62.345	57.099	(1.309)	(1.321)	61.036	55.778
Total dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias	235.525	215.706	(4.943)	(4.989)	230.582	210.717

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, a movimentação dos impostos fiscais diferidos:

	31/12/2024	Reconhecidos no resultado	31/03/2025
Ativos fiscais diferidos			
Saldos iniciais	215.706	-	215.706
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	-	(33)	(33)
Provisão para contingências	-	64	64
Provisão para redução ao valor recuperável de estoques	-	(258)	(258)
Provisão de participação no resultado	-	(1.751)	(1.751)
Prejuízo fiscal/BCN da contribuição social	-	21.797	21.797
Saldos finais	215.706	19.819	235.525
Passivos fiscais diferidos			
Saldos iniciais	(4.989)	-	(4.989)
Realização sobre a reserva de reavaliação	-	35	35
Custo atribuído	-	11	11
Saldos finais	(4.989)	46	(4.943)
Impostos fiscais diferidos líquidos	210.717	19.865	230.582
Ativos fiscais diferidos			
	31/12/2023	Reconhecidos no resultado	31/12/2024
Saldos iniciais	51.828	-	51.828
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	-	83	83
Provisão para contingências	-	(511)	(511)
Provisão para redução ao valor recuperável de estoques	-	747	747
Provisão de participação no resultado	-	1.752	1.752
Provisão despesas com detenção exportação	-	(360)	(360)
Prejuízo fiscal/BCN da contribuição social	-	162.167	162.167
Saldos finais	51.828	163.878	215.706
Passivos fiscais diferidos			
Saldos iniciais	(5.172)	-	(5.172)
Realização sobre a reserva de reavaliação	-	141	141
Custo atribuído	-	42	42
Saldos finais	(5.172)	183	(4.989)
Impostos fiscais diferidos líquidos	46.656	164.061	210.717

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Conforme Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração, datada de 28 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o tema Projeção Financeira para Apropriação do Prejuízo Fiscal dos anos 2012 a 2020 decorrente do processo que transitou em julgado a ação nº 5028609-86.2018.4.03.6100, AREsp nº 2295490/SP (2023/0034690-4). Por unanimidade, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria conforme recomendação do Comitê de Riscos Financeiro e Compliance suportada por projeção financeira de 10 anos demonstrando a capacidade de utilização dos Prejuízos Fiscais reconhecidos pelo Trânsito e Julgado do Processo.

No período encerrado em 31 de março de 2025, foi apropriado o valor de R\$ 13.555 relativo ao imposto de renda e contribuição social diferidos do ano calendário de 2022.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

O prejuízo fiscal está vinculado ao resultado negativo do exercício.

ii) Imposto de renda e contribuição social (corrente)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

Conciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(18.846)	(8.004)
Alíquota nominal	(34%)	(34%)
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	-	-
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Adições temporárias	57.551	48.531
Exclusões temporárias	(62.944)	(49.517)
BC de cálculo antes compensação prej. fiscal e CSLL negativa	(24.239)	(8.990)
Compensação de prejuízo fiscal e BC negativa da contribuição social	-	-
BC de cálculo após compensação prej. fiscal e CSLL negativa	(24.239)	(8.990)
Impostos correntes	-	-
Alíquota efetiva de impostos	-	-
Saldo de prejuízo fiscal (a)	(675.565)	(143.486)

(a) A variação no saldo de prejuízo fiscal foi devido a alteração na forma de tributação do lucro real, que até 31 de dezembro de 2022 a apuração do imposto de renda e da contribuição social foi pelo lucro real estimativa mensal com suspensão do pagamento para apuração do lucro real trimestral em 2023, 2024 e 2025. O prejuízo fiscal é decorrente dos ajustes das exclusões temporárias na apuração, decorrente das vendas de créditos tributários de 2012 a 2022 decorrentes dos processos das subvenções, bem como suas atualizações pela Selic.

iii) Revisão - subvenções

A conta de reserva de incentivos fiscais foi constituída pelas subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais a título de créditos presumidos e/ou outorgados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os quais são concedidos como estímulo a implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, conforme Seção II do Capítulo XVI, artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976.

Não bastasse esse argumento para afastar os benefícios e incentivos fiscais de ICMS da tributação pelo IRPJ e pela CSLL, a Lei Complementar nº 160/2017 alterou a Lei nº 12.973/2014, a fim de deixar claro que todos os incentivos e benefícios fiscais de ICMS são subvenções para investimentos, que não são tributadas pelo IRPJ e CSLL, por força do artigo 38, parágrafo 2º, do Decreto-lei nº 1.598/1977 e do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

Os Tribunais Regionais Federais vêm aplicando o entendimento firmado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça em suas decisões, prevalecendo o entendimento de que os incentivos não podem ser tributados com base na Lei Complementar nº 160/2017, devendo ser cumpridos os requisitos contábeis para a não tributação desses valores, dispostos no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

No período de 1º de janeiro a 31 de março de 2025 a Companhia gerou R\$ 28.223 de subvenções relativo ao benefício fiscal do ICMS crédito outorgado. A Companhia não fez uso do benefício devido ao prejuízo fiscal do período.

A seguir, apresentamos os créditos objetos de medida judicial:

Descrição	Valor principal (R\$)	Juros Selic até 03/2025 (R\$)	Compensação até 03/2025 (R\$)	Total em 03/2025 (R\$)
Saldos negativos de IRPJ/CSLL anterior ao e-social (2012 a 2020) (a)	42.397	31.668	(4.743)	69.322
Saldos negativos de IRPJ/CSLL posterior ao e-social (2012 a 2020) (a)	23.831	10.495	(16.499)	17.827
Saldos negativos de IRPJ/CSLL posterior ao e-social (2022)	28.733	6.244	-	34.977
Total de Saldo Negativo de IRPJ/CSLL	94.961	48.407	(21.242)	122.126

(a) O benefício econômico sobre o saldo negativo de IRPJ/CSLL foi objeto da venda ao Banco BTG Pactual em dezembro de 2023.

No dia 15 de outubro de 2024, transitou em julgado a ação nº 5028609-86.2018.4.03.6100, AREsp nº 2295490/SP (2023/0034690-4), referente as Subvenções na base do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia em 12/2024 efetuou a contabilização dos referidos créditos fiscais, da venda destes créditos ao Banco BTG Pactual, do benefício futuro em face de valores a receber esperados do Banco BTG Pactual que tinham como gatilho o trânsito em julgado da ação, além de contabilizações ou reversão de provisões relacionadas direta ou indiretamente à ação.

12. Operações com pessoal-chave (diretoria executiva, conselho de administração)

O pessoal-chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, eleitos em Ata de Reunião do Conselho de Administração. O valor das remunerações por serviços nas respectivas áreas nos períodos encerrados em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, são apresentados adiante:

Descrição	2025		2024	
	Valor (R\$)	% - Variação	Valor (R\$)	
Diretoria executiva	2.192	76,06%	1.245	
Conselho de administração	993	5,86%	938	
Total	3.185		2.183	

A Diretoria Executiva é parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remuneração e benefícios. Adicionalmente, os membros da Diretoria Executiva estão vinculados a metas de longo prazo estabelecidas pelo contrato de Incentivo de Longo Prazo (ILP). Essas metas dependem de variáveis que serão apuradas ao final de 2024, podendo resultar em pagamentos adicionais ou não aos executivos.

Os membros do Conselho de Administração não são parte de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT.

Na Diretoria Executiva a variação de 76,06% comparado ao mesmo período de 2024 foi decorrente das rescisões de contrato de trabalho do diretor presidente e do diretor de operações ambos no mês de janeiro de 2025.

Além disso, os membros da Diretoria estão vinculados a metas de longo prazo estabelecidas pelo contrato de Incentivo de Longo Prazo (ILP). Até a data de 31 de março de 2025 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 12.351 a título de Incentivo de Longo Prazo - Prêmio de Crescimento, firmado na data de 20 de dezembro de 2022, junto a diretoria executiva estatutária.

No Conselho de administração a variação de 5,86%, foi em decorrência de reajuste pactuados em contrato conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária.

13. Partes relacionadas

Em 20 de setembro de 2022 foi aprovada em Ata de Assembleia do Conselho de Administração a Política de Transações com Partes Relacionadas da Frigol S.A.

Transações que afetaram o resultado

Houve transações junto a partes relacionadas que influenciaram o resultado do custo dos produtos vendidos, vez que tais movimentações decorrem de arrendamento de fazendas para produção de gado bovino de engorda.

Segue as transações que afetaram o resultado dos períodos e exercícios apresentados:

Movimentações ativas	31/12/2024	Débito	Crédito	31/03/2025
Mútuo a receber				
Frigol Holding S.A. (a)	14.334	443	-	14.777
Subtotal I	14.334	443	-	14.777
Duplicatas a receber				
Catan Comércio de Carnes Ltda. (b)	10.169	15.205	(20.013)	5.361
Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda. (c)	-	183	(147)	36
Subtotal II	10.169	15.388	(20.160)	5.397
Total	24.503	15.831	(20.160)	20.174

(a) O Contrato de Mútuo com a Frigol Holding S.A., totalizam R\$ 13.000 e foram assinados em 06 de fevereiro de 2024, 04 de março de 2024 e 05 de abril de 2024, através dos Instrumentos Particular de Mútuo com vencimento para 12 (doze) meses e acrescidos de juros de 1,25% (um virgula vinte e cinco por cento) ao mês;

(b) as operações com a empresa Catan Comércio de Carnes Ltda. de propriedade Sr. Dorival Gonzaga de Oliveira Júnior, que foi conselheiro da Companhia até a data de 01 de abril de 2025, as operações são decorrentes da venda de mercadorias;

(c) Operações de venda de subprodutos resultante do abate de bovinos.

Movimentações passivas	31/12/2024	Débito	Crédito	31/03/2025
Fornecedores				
Durval G. Oliveira e Outros (a)	(1.405)	4.470	(3.497)	(432)
Lincoln de Jesus Sousa dos Santos (b)	(661)	661	-	-
Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda. (c)	(1.140)	2.799	(5.295)	(3.636)
Catan Comércio de Carnes Ltda. (d)	(4)	473	(476)	(7)
Total	(3.210)	8.403	(9.268)	(4.075)

Os valores correspondentes a fornecedores têm natureza operacional conforme segue:

(a) Durval Gonzaga de Oliveira e Outros, são operações decorrente das aquisições de gado bovino para o abate na planta de Lençóis Paulista – SP e são pagos conforme negociação da arroba na data do abate, de acordo com os preços praticados no mercado;

(b) Lincoln de Jesus Sousa dos Santos, são operações são decorrentes da aquisição de gado bovino para abate na unidade de Água Azul do Norte – PA, e são pagos conforme negociação da arroba na data do abate, de acordo com os preços praticados no mercado;

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda.< são operações são decorrentes da aquisição de gado bovino para abate na unidade de São Félix do Xingu - PA, e são pagos conforme negociação da arroba na data do abate, de acordo com os preços praticados no mercado;

(d) Catan Comércio de Carnes Ltda. de propriedade do Sr. Dorival Gonzaga de Oliveira Júnior, que foi conselheiro da Companhia até a data de 01 de abril de 2025, as operações são decorrentes da devolução de mercadorias.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado**Movimentação do imobilizado**

	Terrenos	Máquinas, equipam. e instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos e utilitários	Imóveis e edificações	Equipam de informática	Aeronave	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Construções em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo ou custo atribuído											
Saldos em 1º de janeiro de 2025	8.006	134.277	5.359	6.371	179.574	7.784	18.622	10.562	24.373	2.516	397.444
Adições	-	931	53	15	-	55	-	-	-	4.031	5.085
Transferência	-	2	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Alienações	-	-	(4)	-	-	(5)	-	-	-	(20)	(29)
Saldos em 31 de março de 2025	8.006	135.210	5.408	6.386	179.574	7.834	18.622	10.562	24.373	6.525	402.500
Depreciação											
Saldos em 1º de janeiro de 2025	-	(60.405)	(2.502)	(4.831)	(20.420)	(6.614)	(14.897)	(9.079)	-	(215)	(118.963)
Depreciação	-	(2.153)	(110)	(21)	(1.140)	(343)	(466)	(99)	-	(16)	(4.538)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	4
Saldos em 31 de março de 2025	-	(62.558)	(2.611)	(5.042)	(21.560)	(6.954)	(15.363)	(9.178)	-	(231)	(123.497)
Valor contábil											
Em 1º de janeiro de 2025	8.006	73.872	2.857	1.540	159.154	1.170	3.725	1.483	24.373	2.301	278.481
Saldos em 31 de março de 2025	8.006	72.652	2.797	1.344	158.014	880	3.259	1.384	24.373	6.294	279.003

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Máquinas, equipam. e instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos e utilitários	Imóveis e edificações	Equipam de informática	Aeronave	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Construções em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo ou custo atribuído											
Saldos em 1º de janeiro de 2024	8.006	114.771	4.925	6.369	179.574	7.316	18.622	10.455	21.301	525	371.864
Adições	-	5.464	428	184	-	1.273	-	107	14.816	2.009	24.281
Transferência	-	11.567	6	-	-	(1)	-	-	(11.655)	83	-
Transferência direito de uso	-	2.686	-	-	-	(748)	-	-	-	-	1.938
Alienações	-	(211)	-	(182)	-	(56)	-	-	(89)	(101)	(639)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.006	134.277	5.359	6.371	179.574	7.784	18.622	10.562	24.373	2.516	397.444
Depreciação											
Saldos em 1º de janeiro de 2024	-	(52.476)	(2.091)	(4.033)	(15.861)	(5.318)	(13.035)	(8.694)	-	(159)	(101.667)
Depreciação	-	(8.101)	(411)	(868)	(4.559)	(1.335)	(1.862)	(385)	-	(55)	(17.576)
Transferência	-	2	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-
Alienações	-	170	-	70	-	41	-	-	-	(1)	280
Saldos em 31 de dezembro 2024	-	(60.405)	(2.502)	(4.831)	(20.420)	(6.614)	(14.897)	(9.079)	-	(215)	(118.963)
Valor contábil											
Em 1º de janeiro de 2024	8.006	62.295	2.834	2.336	163.713	1.998	5.587	1.761	21.301	366	270.197
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.006	73.872	2.857	1.540	159.154	1.170	3.725	1.483	24.373	2.301	278.481

a) Custo atribuído

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo imobilizado e atendimento à Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, o qual descreve o tratamento a ser considerada com relação ao registro do custo atribuído (*deemed cost*) do ativo imobilizado, sendo que a Companhia contratou em 2010 empresa especializada para realizar a avaliação do ativo imobilizado. O processo de avaliação teve como base a comparação dos ativos a valor de mercado em relação ao seu registro contábil.

b) Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia definiu que os ativos classificados no imobilizado representam uma única unidade geradora de caixa no contexto operacional de seus negócios. A Companhia entende que não há indícios de perda por *impairment* que necessitasse a realização do teste de recuperabilidade para esses ativos.

c) Ativos dados em garantia

A Companhia ofereceu em garantia pela emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), os imóveis industriais, bem como suas instalações, máquinas e equipamentos, localizados nas unidades de Água Azul do Norte e São Félix do Xingu ambas no Estado do Pará. A garantia foi concedida a Virgo Companhia de Securitização S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, 21ª andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04.533-004, inscrita no CNPJ nº 08.769.451/0001-08. Os ativos na data do fechamento do balanço totalizam a importância de R\$ 179.061.

15. Intangível

Movimentação do intangível

	31/12/2024	Adição	Amortização	31/03/2025
Amortizável				
Softwares	849	9	(72)	786
Total	849	9	(72)	786

	31/12/2023	Adição	Amortização	31/12/2024
Amortizável				
Softwares	1.067	189	(407)	849
Total	1.067	189	(407)	849

a) Teste para verificação de perda do valor recuperável

A Companhia entende que não há indícios de perda por *impairment* que necessitasse a realização do teste de recuperabilidade para esses ativos na data de 31 de março de 2025.

16. Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Nacionais		
Matéria-prima (a)	84.914	143.294
Materiais e serviços (b)	22.537	23.152
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	4.075	3.210
Total	111.526	169.656

(a) A redução do saldo de fornecedores de matéria-prima ao final do 1º trimestre de 2025 se comparado ao fechamento do 4º trimestre de 2024 é consequência da liquidação dos lotes de gado a prazo adquiridos no 4º trimestre de 2024, evento observado historicamente, causando uma queda de R\$ 58 MM no saldo de fornecedores de matéria prima. O valor de R\$ 84 MM apurado para esta categoria no fechamento de 2024 ficou em linha com a média observada nos últimos anos. No decorrer dos meses de 2024 o saldo médio ficou em torno de R\$ 20 MM, valor próximo ao observado no fechamento o 1º trimestre de 2025, o que explica a variação no período.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) O saldo relativo a materiais e serviços, apresentou oscilação discreta entre os trimestres, redução de 2,7% comparando o primeiro trimestre de 2025 com fechamento de 2024. A manutenção no volume de aquisições e prazos de pagamento dos fornecedores explicam a leve alteração nos saldos a pagar prestadores de serviço e fornecedores em geral.

Composição do saldo por idade de vencimento

	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	110.716	169.385
Vencidas		
Até 30 dias	130	1
De 31 a 90 dias	155	20
Acima de 91 dias	525	250
Total	111.526	169.656

17. Adiantamento de clientes

	31/03/2025	31/12/2024
Clientes mercado interno	6.077	5.591
Clientes mercado externo	97.684	93.290
Total	103.761	98.881

O saldo de adiantamento de clientes do mercado interno ficou praticamente estável, evidenciando poucas alterações no volume de negócios realizados na condição de pagamento antecipado neste mercado. A venda de subprodutos com pagamento antecipado era responsável pelo maior fluxo de recebimentos com esta condição, entretanto entre os anos de 2023 e 2024 os produtos passaram a ser negociados com prazo de 7 dias, afetando negativamente o saldo desta conta. Já no mercado externo o incremento de R\$ 5 MM, reflete a manutenção da carteira de vendas ao exterior, cujo perfil permanece seguindo as regras de aumento nos percentuais de adiantamento para alguns destinos observados no decorrer de 2024, chegando em 100% para algumas operações.

18. Empréstimos e financiamentos e debêntures

	Encargos e taxa de juros	31/03/2025	31/12/2024
Moeda nacional			
Capital de giro	Taxa DI + 3,04%	-	1.246
Nota comercial escritural	Taxa DI + 2,40%	175.582	75.364
Conta garantida/CCE/CPR (a)	Taxa DI + 3,30% a.a.	36.233	41.720
Debêntures não conversíveis - CRA (b)	Taxa DI + 4,0% a.a.	165.525	243.433
Total		377.340	361.763
Moeda estrangeira			
ACC	Var. US\$ + 7,85% a.a. / SOFR+5,25% a.a.	153.026	161.489
Secured Loan	Variação do US\$ + 7,25% a.a.	9.200	10.491
PPE (c)	Var. US\$ + 7,89% a.a. / SOFR+3,80% a.a.	46.496	38.617
Total		208.722	210.597
Total empréstimos, financiamentos e debêntures		586.062	572.360
Circulante		135.418	156.600
Não circulante		450.644	415.760

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Anos	31/03/2025	31/12/2024
2026	122.704	166.215
2027	129.408	94.385
2028	122.032	91.160
2029	44.500	32.000
2030	32.000	32.000
Total	450.644	415.760

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	572.360	527.154
Captação	335.548	1.278.708
Atualização juros e variação cambial	3.647	151.050
Pagamento de juros	(15.313)	(66.500)
Pagamento principal	(310.180)	(1.318.052)
Saldo final	586.062	572.360

(a) Em 10 de Dezembro de 2024 foi deliberado em ARCA a emissão, formalização e operacionalização da 3ª (terceira) emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, no valor de R\$ 75.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2028, amortização mensal com 24 meses de carência, juros remuneratórios de 100% da taxa DI + 2,40% ao ano, sob regulamentação da CVM 160 e coordenada pela Caixa Econômica Federal (Coordenador Líder).

Em 17 de Março de 2025 foi deliberado em AGE a emissão, formalização e operacionalização da 4ª (quarta) emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, no valor de R\$ 100.000, com vencimento em 26 de março de 2029, amortização mensal com 24 meses de carência, juros remuneratórios de 100% da taxa DI + 2,40% ao ano, sob regulamentação da CVM 160 e coordenada pela Caixa Econômica Federal (Coordenador Líder).

As principais cláusulas restritivas destes papéis são as seguintes:

- **Covenant 1:** manter a dívida líquida pelo EBITDA menor ou igual a 3,00;
- **Covenant 2:** manter o EBITDA pelo Resultado Financeiro Ajustado maior a 1,50.

Havendo a possibilidade do descumprimento em dois trimestres consecutivos ou três alternados no período de 12 meses.

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Companhia cumpriu os limites estabelecidos.

(b) O principal contrato em vigência é com a Caixa Econômica Federal com valor em dívida de R\$ 28.191 a juros de 2,80% a.a. + Taxa DI, com vencimento final em 14 de dezembro de 2026;

(c) Em 20 de setembro de 2024 foi aprovada em AGE a 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples sob a regulamentação da CVM 160, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, para colocação privada no valor de R\$ 160.000 perante a Virgo Companhia de Securitização para lastro da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com colocação pública e garantia de alienação fiduciária da Planta de Lençóis Paulista e cessão fiduciária de recebíveis. A emissão foi realizada e liquidada em 11 de outubro de 2024. O Valor total da emissão foi de R\$ 160.000, e foram emitidas 160 mil debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil Reais) cada. Os títulos têm prazo de seis anos com amortização trimestral, carência de 15 meses e remuneração de Taxa DI + 4,00% ao ano. A emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco BBI (líder) e pelo Banco Safra, com rating A neutro atribuído pela agência Moody's.

As principais cláusulas restritivas destes papéis são as seguintes:

- **Covenant 1:** manter a dívida líquida pelo EBITDA menor ou igual a 3,00;
- **Covenant 2:** manter o EBITDA pelo Resultado Financeiro Ajustado maior a 1,75.

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Companhia cumpriu os limites estabelecidos.

(d) Pré-Pagamento de Exportação (PPEs) – junto ao Banco Safra S.A. no valor total de US\$ 5.066 com vencimento final em abril de 2027 com taxa de juros ponderada de variação cambial + 7,89% a.a.;

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- **Covenant 1:** manter a dívida líquida pelo EBITDA menor ou igual a 3;
- **Covenant 2:** manter o EBITDA pelo Resultado Financeiro Ajustado maior ou igual a 1,75.

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Companhia cumpriu os limites estabelecidos.

Pré-Pagamento de Exportação (PPEs) – junto ao Banco Daycoval S.A. no valor total de US\$ 3.032 com vencimento final em fevereiro de 2027 com taxa de juros de SOFR+3,8% a.a.;

19. Direito de uso e arrendamento a pagar

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas informações contábeis intermediárias de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional junto às empresas relacionadas.

Seguem os contratos vigentes na data de 31 de março de 2025:

- Contrato de arrendamento operacional junto a Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda., com vigência até 1º de maio de 2027, da fazenda Maguari na cidade de São Felix do Xingu – PA. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contrato é de R\$ 4.322;
- Contrato de arrendamento operacional junto a Xingu Agroindustrial de Alimentos Ltda., com vigência até 02 de outubro de 2027, da fazenda São Félix do Xingu na cidade de São Felix do Xingu – PA. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contrato é de R\$ 1.995;
- Contrato de locação junto a empresa Grid Geradores e Locação Ltda., com vigência até 15 de abril de 2026, referente locação de geradores de energia elétrica nas unidades Lençóis Paulista – SP, Água Azul do Norte e São Félix do Xingu ambas no Estado do Pará. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contrato é de R\$ 2.695;
- Contrato de locação junto a companhia Localiza Fleet S.A., com vigência até 1º de setembro de 2025, referente locação de veículos para atender todas as unidades do grupo. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contrato é de R\$ 465;

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Contrato de locação junto a empresa Viaduto Soluções Logística Ltda., com vigência até 30 de abril de 2029, referente locação de empilhadeiras elétricas na unidade de Lençóis Paulista – SP. O cronograma do valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos até a vigência do contato é de R\$ 2.120.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional.

Os contratos são atualizados anualmente pelo Índice Geral de Preço do Mercado (IGPM), no mês de vencimento dos contratos.

A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de março de 2025, foi a seguinte:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	24.387	24.517
Adição	-	8.574
Baixa	(3)	(2.736)
Atualização	-	723
Amortização	(1.799)	(6.691)
Saldos finais	22.585	24.387

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o período findo em 31 de março de 2025, foi a seguinte:

	31/03/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	25.380	24.071
Adição	-	9.628
Atualização	158	4.080
Pagamento de principal	(3.255)	(12.250)
Baixa	(3)	(149)
Saldos finais	22.280	25.380
Circulante	10.190	11.810
Não circulante	12.090	13.570

Os arrendamentos de propriedades rurais estão em linha com a estratégia da Companhia de propiciar a produção de animais próprios e de terceiros (engorda para terceiros), com melhor classificação para exportação e acabamento voltado para linhas do mercado externo.

As propriedades arrendadas ficam no Município de São Félix do Xingu – PA e se destinam ao projeto de semiconfinamento de animais para o abate.

Arrendamentos Mercantis de equipamentos operacionais diversos realizados junto ao Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A., em reais, no valor de R\$ 10.575, com prazo total de 36 meses e com encargos médios de 19,85% a.a., com prazo total de 36 meses e com encargos médios de Taxa DI +7,76% a.a.;

Arrendamentos Mercantis de software e equipamentos de informática realizados junto a HP Financial Services Arrendamento Mercantil S/A, em reais, no valor total de R\$ 3.468, com prazo total de 60 meses e com encargos médios de 16,04% a.a.;

Arrendamentos Mercantis de equipamentos operacionais diversos realizados junto ao Safra Leasing S/A. Arrendamento Mercantil, em reais no valor total de R\$ 2.245, com prazo total de 36 meses e com encargos médios de taxa DI + 3,84% a.a.

20. Salários e encargos sociais a pagar

	31/03/2025	31/12/2024
Salários (a.1)	7.706	7.770
Encargos sociais - FGTS e INSS (a.2)	4.606	5.307
Provisão de férias e encargos	17.379	17.652
Provisão de 13º salário e encargos	3.404	-
Provisão de PPR - Plano de Participação no Resultado (b)	-	5.151
Outros proventos e encargos (c)	93	258
Total	33.188	36.138

(a) Alguns pontos impactaram a conta Salários, Encargos e Provisões, conforme segue:

(a.1) Variação foi devido ao pagamento e provisões mensais de salários, pró-labore encargos sociais;

(a.2) Variação foi devido a compensação das obrigações geradas no período de 2024

(b) Em 2025 foi pago os valores provisionados a título de PPR – Plano de participação no resultado;

(c) A variação é decorrente de pagamentos de acordos de indenização de natureza trabalhista em processos julgados, que tiveram redução na comparação com 31 de dezembro de 2024.

21. Impostos e contribuições a recolher

Apresentamos a seguir, a composição do saldo de impostos e contribuições:

	31/03/2025	31/12/2024
ICMS a recolher (a)	1.480	1.943
Cofins e PIS a pagar (b)	956	238
Parcelamento de ICMS (c)	60	69
Parcelamento da Lei nº 12.996/14 (d)	7.097	7.482
Parcelamento - PERT Lei nº 13.496/17 (e)	5.785	5.972
Parcelamento de IRPJ/CSLL (f)	1.748	1.846
Contribuição da produção rural (g)	1.747	1.490
Outros tributos e taxas (h)	1.979	2.318
Total	20.852	21.358
Circulante	10.412	10.138
Não circulante	10.440	11.220

(a) Os saldos apresentados de ICMS a recolher são decorrentes das operações de venda de mercadorias e diferencial de alíquotas nas aquisições de material de consumo oriundos de outros Estados;

(b) Cofins e PIS sobre operações próprias de vendas de mercadorias e serviços;

(c) Em novembro de 2020, foi requerido parcelamento de ICMS nº 7215510001165 em 60 parcelas foi originada na filial de Água Azul do Norte – PA;

(d) Em 27 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de Recuperação Fiscal (Refis) de débitos federais, aprovado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, com benefícios de redução nos juros, multas e encargos legais.

Em 2014, com o advento da reabertura do Refis pela Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, a Companhia aderiu ao programa de refinanciamento para os débitos das seguintes modalidades:

- Demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB);
- Demais débitos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

- Débitos previdenciários no âmbito da RFB;
- Débitos previdenciários no âmbito da PGFN. A consolidação do parcelamento foi regulamentada pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 13/2014 e nº 550/2016 e correu em duas etapas, a primeira abrangeu os “Demais débitos” e a segunda os “Débitos previdenciários”.

A seguir, consta resumo da situação da consolidação dos parcelamentos por modalidade:

(d.1) Demais débitos no âmbito da RFB – Refis

Consolidação efetivada em 22 de setembro de 2015. Parte dos débitos parcelados pela Companhia não estavam disponíveis no sistema e-CAC no momento da consolidação, sendo que no dia 25 de setembro de 2015, implementamos um pedido de revisão da consolidação para inclusão dos débitos remanescentes.

O pedido de revisão foi consubstanciado no processo administrativo nº 18186.720802/2016-40, o qual no dia 19 de agosto de 2016 foi deferido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária de São Paulo (Derat).

A Consolidação dos débitos será realizada manualmente pela equipe de parcelamento da RFB, e, até lá os referidos débitos ficarão suspensos por representação.

(d.2) Demais débitos no âmbito da PGFN – Refis

A consolidação foi efetivada em 22 de setembro de 2015, integralmente no sistema e-CAC.

Em 10 de setembro de 2016, protocolamos pedido de revisão da consolidação dessa modalidade em relação ao processo nº 10880.735919/2011-74, solicitando que seja reconhecida e declarada a prescrição da cobrança dos créditos tributários em questão e, conseqüentemente, que o processo seja excluído do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (reaberto pela Lei nº 12.996/2014).

(d.3) Débitos previdenciários no âmbito da RFB – Refis

A consolidação foi efetivada em 25 de julho de 2016. Contudo, o débito previdenciário referente ao 13º de 2013 parcelados pela Companhia não estavam disponíveis no sistema e-CAC no momento da consolidação, sendo que, no dia 28 de julho de 2016, implementamos um pedido de revisão da consolidação para inclusão dos aludidos débitos.

O referido pedido de revisão foi consubstanciado no processo administrativo nº 13986.720080/2016-94.

No dia 1º de agosto de 2016, foi expedida a Carta nº 053/2016 pela Derat-SP deferindo a inclusão dos débitos do 13º 2013 no parcelamento, os quais foram agrupados no Debcad nº 12.908.278-3.

(d.4) Débitos previdenciários no âmbito da PGFN – Refis

Consolidação efetivada em 25 de julho de 2016, integralmente no Sistema e-CAC, sem qualquer restrição. Segue adiante demonstrativo dos débitos do Refis por modalidade na data de 31 de março de 2025.

Demonstrativo dos parcelamentos do REFIS

Descrição	Demais	Demais	Débitos		Total (R\$)
	débitos	débitos	previdenciário	Débitos	
	RFB	PGFN	RFB	previdenciário PGFN	
Valor atualizado dos débitos	7.321	11.735	4.485	9.781	33.322
(-) Reduções p/ pgto. em até 180 vezes	(1.111)	(3.539)	(517)	(2.740)	(7.907)
(=) Débitos após reduções	6.210	8.196	3.968	7.041	25.415
(-) Amortização antes da consolidação	(814)	(2.071)	(777)	(2.058)	(5.720)
(-) Utilização de PF e BCN da CSLL	(1.404)	(3.801)	(583)	(1.896)	(7.684)
(=) Saldos	3.992	2.324	2.608	3.087	12.011

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Demais	Demais	Débitos		Total (R\$)
	débitos	débitos	previdenciário	previdenciário	
	RFB	PGFN	RFB	PGFN	
(+) Juros acumulados até 03/2025	2.124	2.682	1.437	1.456	7.699
(-) Amortização após a consolidação	(3.628)	(2.905)	(2.476)	(3.604)	(12.613)
Saldos em 31/03/2025	2.488	2.101	1.569	939	7.097

(e) Em 03 de dezembro de 2015, a Companhia protocolou pedido de parcelamento de débitos previdenciários junto à Secretaria da Receita Federal em 60 parcelas o qual foi deferido em 10 de dezembro de 2015, conforme Processo nº 13804.726065/2015-60.

Em 27 de setembro de 2017, a Companhia desistiu do parcelamento ordinário de que trata o artigo 10 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002 – débitos previdenciários do Processo nº 61.478.020-9 e fez a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para débitos previdenciários em 145 parcelas de valor original de R\$ 62.863, conforme demonstrado a seguir:

Demonstrativo do parcelamento e pagamento PERT

Descrição	Principal	Juros	Multa de	Total (R\$)
			mora	
Dívida total	8.275	2.465	1.655	12.395
Entrada (5%)	(414)	(123)	(83)	(620)
Saldos da dívida	7.861	2.342	1.572	11.775
Descontos	-	80%	50%	-
Descontos (R\$)	-	(1.874)	(786)	(2.660)
Dívida após descontos	7.861	468	786	9.115
Atualização de juros Selic até 03/2025	-	-	-	3.542
Valor parcelas pagas até 03/2025 (87/145)	-	-	-	(6.872)
Saldos da dívida em 31/03/2025	-	-	-	5.785

(f) Em 15 de outubro de 2020, a Companhia requereu parcelamento de débitos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Comprovante de Adesão à Negociação recibo nº 00191000201513101318 e Parcelamento nº 003.764.954 – Demais Débitos até 60 meses com redução total de 45% de que trata a Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, Portaria PGFN nº 14.402 de 16 de junho de 2020, Art. 9, Inciso II, Alínea B.

A seguir demonstrativo dos parcelamentos e pagamento.

Demonstrativo do parcelamento e pagamento – Lei nº 13.988/2020:

Descrição	Principal	Juros/multa	Honorários	Total (R\$)
Valor da dívida	1.609	3.889	550	6.048
Benefícios concedidos	-	(3.065)	(324)	(3.389)
Saldos da dívida	1.609	824	226	2.659
Parcelas mensais Prestação 01 até 12	-	-	-	19
Parcelas mensais Prestação 13 a 60	-	-	-	37
Atualização de juros Selic até 03/2025	-	-	-	993
Valor parcelas pagas até 03/2025 (40/60)	-	-	-	(1.904)
Saldos da dívida em 31/03/2025	-	-	-	1.748

(g) O saldo apresentado da Contribuição da Produção Rural origina da aquisição de matéria-prima (gado bovino e suínos) de produtos rurais. O imposto é retido na data de abate dos animais e pagos ou compensados com créditos da Cofins e do PIS conforme declaração de compensação PerdComp – Receita Federal;

(h) São representados pelos tributos e taxas retidos sobre as aquisições de serviços e mão de obra (IRRF, PIS, Cofins e CSLL e INSS), bem como o IRRF retidos da folha de pagamento de funcionários.

22. Indenizações cíveis a pagar

A Companhia discutia judicialmente o valor de R\$ 12.563, objeto de cobrança em razão da baixa de contrato de adiantamento de câmbio. Em 05 de junho de 2018, nos termos do Processo nº 1010005-46.2014.8.26.0011 foi homologado acordo judicial na 3ª Vara Cível de São Paulo no valor de R\$ 15.832, em 120 parcelas com de juros de 6% a.a. mais Taxa Referencial (TR). No período encerrado em 31 de março de 2025 o saldo está assim apresentado nas informações contábeis intermediárias:

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante	1.254	1.159
Não circulante	2.681	2.801
Total	3.935	3.960

23. Dividendos

Em 18 de agosto de 2022, foi aprovada em Ata de Reunião de Conselho de Administração, a Política de distribuição de Dividendos da Frigol S.A.

Em 31 de dezembro de 2024, foi provisionado o valor de R\$ 19.334 a título de dividendos, correspondente a R\$ 0,1634243936999740 por ação ordinária, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 9º, da Lei nº 9.249/95. Ainda em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contabilizou o valor de R\$ 32.647 relativo ao dividendo não distribuído nos termos do Art. 193 a 197 da Lei nº 6.404/1976, sendo o valor não destinado transferido para uma conta de reserva de lucro a realizar, deliberado em Ata de Assembleia Geral pela acionista Frigol Holding S.A.

Os pagamentos a Acionista ocorrerão em conformidade com os contratos firmados e vigentes

A seguir apresentamos a demonstração das provisões e pagamentos:

	31/03/2025
(+) Saldo de dividendos a pagar 31 dezembro de 2024	19.334
(-) Dividendos pagos no período	-
(=) Saldo dividendos a pagar 31 de março de 2025	19.334

	31/12/2024
(+) Saldo de dividendos a pagar 31 de dezembro de 2023	3.581
(+) Dividendos pagos no exercício	(3.581)
(+) Dividendos propostos em 2024	19.334
(=) Saldo dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2024	19.334
% em relação ao lucro líquido do exercício	8,849%

24. Provisões para riscos processuais

A Companhia possui processos de naturezas cível, trabalhista e tributária, todos em razão do curso normal das operações. A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 25 – Ativos e passivos contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2025, a provisão para riscos processuais no montante de R\$ 1.607 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 1.419), refere-se aos processos de perdas, como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhista (a)	1.349	1.161
Tributário (b)	32	32
Outros (d)	226	226
Total	1.607	1.419

(a) Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2025, a Companhia figurava no polo passivo de reclamações trabalhistas. Adotando uma postura conservadora e com base no histórico das ações, a Companhia passou provisionar seus débitos trabalhistas quando do recebimento das citações, sem aguardar as condenações. Agindo dessa forma, entende a administração da Companhia e seus assessores legais que o provisionamento de R\$ 1.349, é suficiente para fazer frente a eventuais perdas. Os pedidos mais comuns realizados nas reclamatórias são os pleitos de horas extras, diferenças salariais, tempos à disposição, diferenças de adicionais de insalubridade, descaracterização de justa causa e algumas indenizações por acidente do trabalho. Em que pese a diversidade de pedidos, entende a administração da Companhia que nenhuma reclamação trabalhista na qual figure como ré merece ser destacada individualmente.

(b) Processos tributários

A Companhia fez o provisionamento em 2021, dos processos do Sesi e Senai, conforme a seguir:

Nº	Autor	Objeto detalhado	Nº do Proc.	Valor (R\$) mil
6	Sesi	Contrib. sociais destinadas Sesi	1028566-35.2020.8.26.0100	12
7	Senai	Contrib. sociais destinadas Senai	1027249-02.2020.8.26.0100	20
Total				32

(c) Depósitos judiciais

Na mesma data a Companhia era ré em ações cíveis e, segundo a opinião da administração da Companhia e de seus assessores legais, não há necessidade de provisionamento de eventuais perdas.

As ações cíveis nas quais a Companhia é ré envolvem discussões consumeristas, indenizações diversas, discussões contratuais, entre outros, sendo certo que nenhum dos processos merece destaque individual.

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentou os montantes de depósitos judiciais de R\$ 5.861 (R\$ 5.658 em 31 de dezembro de 2024).

	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhista	3.003	2.800
Tributária	537	537
Cível	2.321	2.321
Total	5.861	5.658

(d) Outras provisões

No período de 2025 a Companhia manteve o provisionamento dos honorários advocatícios devidos em processos judiciais no montante de R\$ 226;

(e) Provisões possíveis

(i) Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações (Trabalhistas, Tributárias e Cíveis) cujo risco de perda de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida em balanço, conforme pronunciamento contábil CPC 25, no montante de R\$ 104.866 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 96.597).

(ii) A Companhia no período de 2025 mediante parecer jurídico e fundamentado no Mandado de Segurança Coletivo nº 5003096-09.2024.4.03-6100 com Liminar Deferida aos Associados da ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadora de Carnes, deixou de provisionar o valor de R\$ 23.853, relativo a “Exclusão de Crédito Presumido de ICMS da Base de Cálculo do Pis e da Cofins Não Cumulativos”, nossos consultores jurídicos classificam o caso em análise com chance de perda possível, não havendo que se constituir provisão no presente momento, nos termos do que dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 25, pois:

- a) Não há uma obrigação presente por conta da liminar da ABIEC;
- b) Não é provável que ocorra uma saída de recursos por conta da liminar da ABIEC e do entendimento jurisprudencial atual acerca do mérito da discussão.

(iii) A Companhia discute judicialmente sobre ação de cobrança das contribuições previdenciárias relativa à produção rural – Funrural, processo nº 0001874-82.2010.1.00.0000 ADI 4395, Ação Direta de Inconstitucionalidade no valor de R\$ 79.461. Em 10 de outubro de 2018 numa postura absolutamente conservadora, optou pela adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) aprovado pela Lei nº 13.606/2018, para fazer jus aos benefícios da Lei, conforme protocolo nº 18186.726879/2018-95. Até 31/03/2025 foi depositado e constituído um ativo no valor de R\$ 68.506, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

25. Outras contas a pagar

	31/03/2025	31/12/2024
Prêmio de crescimento – Incentivo de longo prazo (a)	12.201	12.351
Seguros a pagar (b)	980	2.386
Cessão de crédito (c)	1.500	1.548
Banco BTG Pactual S.A. (d)	94.314	106.592
Outros (e)	181	454
Total	109.176	123.331
Circulante	56.727	58.536
Não circulante	52.449	64.795

(a) **Prêmio de crescimento - Incentivo de longo prazo** - Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia provisionou o valor de R\$ 12.351 a título de incentivo de longo prazo - prêmio de crescimento, firmado na data de 04 de janeiro de 2022, junto à diretoria executiva estatutária;

(b) **Seguros a pagar** - Em 31 de março de 2025 a Companhia possui saldo a pagar de apólices de seguro das indústrias com a seguradora HDI Global Seguros S.A.;

(c) **Cessão de crédito** - com a empresa Meat Company decorrente de saldo de tributos a pagar modalidade de Refis da Lei nº 12.996/2014;

(d) Saldo com o Banco BTG Pactual S.A., decorrente da antecipação da alienação de crédito tributários do IRPJ/CSLL relativo as subvenções governamentais do período de 2012 até 2020, créditos habilitados para compensação junto à Receita Federal. Em contrapartida ao valor devido foi constituído o valor a receber com o próprio agente credor, o valor a receber de R\$ 73.699, já descontado o valor de R\$ 25.000 recebidos em dezembro de 2023. Os pagamentos estão ocorrendo a medida em que a Companhia está compensando seus impostos a pagar.

(e) **Convênio Sesi/Senai** - empréstimos consignados de funcionários.

26. Patrimônio líquido

i) Capital social

Em 31 de março de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 126.935 representado por 118.304.341 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2024, o mesmo valor e quantidade de ações).

ii) Reserva legal

A conta de reserva legal foi constituída a razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976 exceder 30% do capital social, não será obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

iii) Reserva de lucro a realizar

A conta de reserva de lucro a realizar foi constituída nos termos do art. 193 a 197 da Lei nº 6.404/1976, e deliberado em Ata de Assembleia geral pelos acionistas.

iv) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 31 de dezembro de 2010.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros ou prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

v) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para a conta de lucros ou prejuízos acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação, depreciação e baixa dos ativos a que elas se referem.

vi) Reserva de incentivo fiscal

A conta de reserva de incentivos fiscais foi constituída pelas subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais a título de créditos presumidos e/ou outorgados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os quais são concedidos como estímulo a implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, conforme Seção II do Capítulo XVI, artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976.

Em 16 de outubro de 2024, foi transitado em julgado, Certidão de Trânsito e Termo de Baixa definitiva para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que certifica o direito tributário das Contribuições, Contribuições Sociais, Contribuições Sociais Sobre o Lucro Líquido, acórdão de fls. 1427 AREsp 2295490/SP (2023/0034690-4).

No período encerrado em 31 de março de 2025 a Companhia gerou R\$ 28.223 de subvenções, porém não fez uso do benefício fiscal.

Apresentamos a seguir o saldo das reservas de incentivos fiscais:

(+) Saldo em 31/12/2024	92.605
(-) Reversão para reservas de lucro	-
(=) Saldo em 31/03/2025	92.605

Não bastasse esse argumento para afastar os benefícios e incentivos fiscais de ICMS da tributação pelo IRPJ e pela CSLL, a Lei Complementar nº 160/2017 alterou a Lei nº 12.973/2014, a fim de deixar claro que todos os incentivos e benefícios fiscais de ICMS são subvenções para investimentos, que não são tributadas pelo IRPJ e CSLL, por força do artigo 38, parágrafo 2º, do Decreto-lei nº 1.598/1977 e do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

Os Tribunais Regionais Federais vêm aplicando o entendimento firmado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça em suas decisões, prevalecendo o entendimento de que os incentivos não podem ser tributados com base na Lei Complementar nº 160/2017, devendo ser cumpridos os requisitos contábeis para a não tributação desses valores, dispostos no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir da data da sua entrega. A Companhia pode estar sujeita à cobrança adicional de tributos, multas e juros em decorrência dessas revisões.

27. Receita operacional líquida

	%	31/03/2025	31/03/2024
Mercado interno (a)	14,9%	493.474	429.585
Mercado externo (b)	18,9%	523.577	440.273
Receita bruta	16,9%	1.017.051	869.858
(-) Imposto sobre vendas	11,9%	(28.970)	(25.887)
(-) Devoluções e abatimentos (c)	(26,9%)	(16.342)	(22.365)
Deduções da receita bruta	(6,1%)	(45.312)	(48.252)
Receita operacional líquida	18,3%	971.739	821.606

(a) A receita do mercado interno foi maior em relação ao mesmo período de 2024 em 14,9% em valores reais das vendas, houve melhora no preço de comercialização dos produtos, ainda que em menos volume, os preços de venda variando no trimestre de R\$ 11,72 em 2025 e R\$ 9,36 em 2024.

(b) As exportações cresceram no 1º trim./2025, também em função dos preços, o aumento no valor comercializado de 28,6% reflete bom momento, porém em termos de volume houve queda de 1.509 toneladas, motivado pelo menor volume de abate de gado em razão de dificuldade de aquisição.

(c) As devoluções no 1º trim./2025 comprado ao mesmo período de 2024, foi decorrente do cancelamento de vendas relacionados à exportação, já no mercado interno sem maiores impactos ou fato relevante.

28. Custos e despesas

Apresentamos a seguir por natureza, e suas variações, classificadas por função:

	31/03/2025	% ROL	31/03/2024	% ROL
Custo dos prod. vendidos (a)	(876.816)	(90,2%)	(724.735)	(88,2%)
Despesas administrativas (b)	(26.342)	(2,7%)	(22.828)	(2,8%)
Comercial/vendas (c)	(64.959)	(6,7%)	(66.088)	(8,0%)
Total	(968.117)	(99,6%)	(813.651)	(99,0%)
Outras despesas (d)	(2.346)	(0,2%)	(6)	(0,0%)
Outras receitas (e)	2.049	0,2%	8.303	1,0%
Total	297	0,0%	8.297	1,0%

(a) Em 2025 houve uma queda de 12 mil bovinos abatidos, queda de 7,2% no número de bovinos motivados pela dificuldade em montar escalas de abate, este momento era previsto no orçamento, esta queda representou em peso de carcaças 8,2%, impacto reduzindo 3.700 toneladas em peso de carcaça disponível para processamento, porém o custo médio por arroba saiu de 223,48 em 2024 contra 306,46 no trimestre de 2025, aumentando de forma relevante a conta de custo dos produtos vendidos;

(b) As despesas administrativas aumentaram R\$ 3.514, principalmente por honorários de advogados e consultorias tributárias, os quais a Companhia obteve resultado tributário positivo para a operação;

(c) As despesas comerciais/vendas sobre a receita líquida também tiveram um impacto positivo recuando 1.129 mil, parte dessa redução pela queda do volume comercializado, uma vez que houve queda do volume e grande parte desta conta tem motivação pelos quilos vendidos vindo das contas de fretes;

(d) As variações em outras despesas no período encerrado em 31 de março de 2025, comparado com o mesmo período de 2024 estão destacadas na letra (a) da “abertura de despesas e receitas por natureza”;

(e) A variações em outras receitas no período encerrado em 31 de março de 2025 comparado aos mesmos períodos de 2024, estão destacadas na letra (b) da “abertura de despesas e receitas por natureza”.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas e receitas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza:

Custos dos produtos vendidos

	31/03/2025	31/03/2024
Custo de estoque, matéria-prima e insumos	(831.423)	(681.313)
Salários, encargos e benefícios	(40.921)	(39.452)
Depreciação e amortização	(4.472)	(3.970)
Total	(876.816)	(724.735)

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas

	31/03/2025	31/03/2024
Salários, encargos e benefícios	(19.802)	(16.653)
Depreciação e amortização	(1.937)	(1.864)
Despesa com comercialização	(15.543)	(14.252)
Fretes e armazenagem	(42.175)	(46.584)
Despesas gerais com transportes	(1.231)	(1.994)
Impostos e taxas	(873)	(508)
Serviços de terceiros	(4.453)	(2.337)
Outras despesas (a)	(7.633)	(4.730)
Outras receitas (b)	2.049	8.303
Total	(91.598)	(80.619)

a) Abertura do valor de outras despesas

	31/03/2025	31/03/2024
Provisão de natureza trabalhista	(187)	-
Despesas de viagens e estadias	(665)	(618)
Despesas com aluguéis	(325)	(71)
Despesas com aluguéis - software	(797)	(957)
Despesas com manutenção predial	(918)	(760)
Despesas com manutenção de sistemas	(88)	(137)
Despesas com telecomunicações	(107)	(166)
Despesas com contribuições e doações	(45)	(37)
Despesas com higienização sanitária - CD	(464)	(409)
Despesas com materiais de embalagem - CD	(265)	(359)
Despesas com materiais de expediente	(52)	(47)
Despesas com cursos e treinamentos	(13)	-
Móveis e utensílios não duráveis	(16)	-
Despesa conservação móveis utensílios/informática	(315)	(326)
Despesas cartorárias e certificações	(12)	(3)
Despesas com materiais de ambulatório	(149)	(176)
Contribuições a entidades de classe	(186)	(105)
Despesas com consultas Serasa/SPC	(60)	(77)
Despesas com seguros	(40)	(95)
Despesas com EPIs e uniformes	(84)	(124)
Despesas com análises ambientais	(56)	(53)
Despesas energia elétrica	(75)	(68)
Despesas com água e esgoto	(3)	(38)
Despesas com materiais de consumo e limpeza	(33)	(41)
Despesas com fretes materiais de consumo	(228)	-
Despesas com refeições	(33)	-
Perda de valor justo - Banco BTG Pactual S.A.	(1.300)	-
Swap de energia elétrica	(856)	-
Outras despesas	(261)	(63)
Total	(7.633)	(4.730)

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Abertura do valor de outras receitas

	31/03/2025	31/03/2024
Reversão provisão de natureza trabalhista	-	456
Reversão provisão de créditos de liquidação duvidosa	96	314
Receita de alienação de bens do ativo imobilizado	16	8
Bonificações recebidas	19	6
Ressarcimento de sinistros (seguros)	503	429
Créditos tributários	554	159
Venda de sucatas	12	12
Atualização monetária - taxa Selic	-	3.917
Receita venda excedente energia elétrica	847	2.849
Outras receitas	2	153
Total	2.049	8.303

29. Resultado financeiro líquido

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.681	3.508
Descontos obtidos	903	946
Ganho em operações com derivativos	-	31
Juros/correção monetária - Selic	4.163	-
Juros/correção monetária - Outros	1.883	-
Juros recebidos	828	247
Subtotal	10.458	4.732
Despesas financeiras		
Juros com financiamentos	(19.741)	(11.705)
Juros com contratos de câmbio	(5.218)	(7.232)
Perdas em operações com derivativos	-	(23)
Despesa com antecipação de liquidação empréstimos	(4.545)	-
Descontos concedidos	(4.320)	(2.807)
Corretagem/comissão de estruturação	(3.342)	(834)
Juros/atualização parcelamentos tributários	(278)	(310)
Juros sobre aquisição gado de fornecedores	(762)	(1.042)
Outros	(2.228)	(1.269)
Subtotal	(40.434)	(25.222)
Variação cambial líquida		
Ganho de variação cambial	29.404	10.135
Perda de variação cambial	(21.599)	(13.901)
Subtotal	7.805	(3.766)
Resultado financeiro líquido	(22.171)	(24.256)

30. Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia, conforme quadros a seguir:

	Notas	Valor justo por	Custo amortizado
		meio do resultado	
		31/03/2025	31/03/2025
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	6	230.226	-
Contas a receber	7	-	116.840
Partes relacionadas	13	-	20.174
Adiantamentos a fornecedores	-	-	5.552
Outros créditos	8	-	102.491
Passivos			
Fornecedores	16	-	107.451
Fornecedores – partes relacionadas	13/16	-	4.075
Adiantamentos de clientes	17	-	103.761
Outras contas a pagar	25	-	109.176
Indenizações a pagar	22	-	3.935
Dividendos a pagar	23	-	19.334
Empréstimos e financiamentos	18	-	586.062
Total		230.226	(688.737)

	Notas	Valor justo por	Custo amortizado
		meio do resultado	
		31/12/2024	31/12/2024
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	6	359.584	-
Contas a receber	7	-	78.874
Partes relacionadas	13	-	24.503
Adiantamentos a fornecedores	-	-	2.716
Outros créditos	8	-	104.562
Passivos			
Fornecedores	16	-	166.446
Fornecedores – partes relacionadas	13/16	-	3.210
Adiantamentos de clientes	17	-	98.881
Outras contas a pagar	25	-	123.331
Indenizações a pagar	22	-	3.960
Dividendos a pagar	23	-	19.334
Empréstimos e financiamentos	18	-	572.360
Total		359.584	(776.867)

Valor justo por meio do resultado

Os valores em aplicação financeira são atualizados pela taxa efetiva, negociados em curto prazo com instituições financeiras de primeira linha, seu reconhecimento está bem próximo ao valor justo.

Reconhecimento pelo custo amortizado

Os valores em contas a receber e demais recebíveis são classificados como custo amortizado, valores a receber de clientes são de curto prazo já deduzidos as perdas esperadas reconhecidos no resultado. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos estão contabilizadas as taxas efetivas de juros.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível, 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Notas	2025		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixas e equivalentes de caixa	6	230.226	-	-
Total		230.226	-	-

	Notas	2024		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixas e equivalentes de caixa	6	359.584	-	-
Total		359.584	-	-

Risco de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima na data das informações contábeis intermediárias foi:

	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	6	230.226	359.584
Contas a receber	7	116.840	78.874
Adiantamentos a fornecedores	-	5.552	2.716
Partes relacionadas	13	20.174	24.503
Outros créditos	-	102.491	104.562
Total		475.283	570.239

Risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Não é esperado que fluxos de caixa provenientes de vencimentos dos passivos financeiros tenham variações significativas dos expressos a seguir:

	31/03/2025				
	Valor contábil	Menos de 01 ano	01-02 anos	02-05 anos	Mais que 05 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	586.062	135.418	159.851	266.793	24.000
Fornecedores e partes relacionadas	111.526	111.526	-	-	-
Outros	109.176	56.727	36.409	16.040	-

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024				
	Valor contábil	Menos de 01 ano	01-02 anos	02-05 anos	Mais que 05 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	572.360	156.600	166.215	217.545	32.000
Fornecedores e partes relacionadas	169.656	169.656	-	-	-
Outros	123.331	58.536	55.888	8.907	-

Risco de taxa de juros

A diretoria entende que o risco de exposição à taxa de juros da Companhia em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, demonstrados adiante, estão de acordo com a política de gestão de risco financeiro.

O perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis era:

	Valor contábil	
	31/03/2025	31/12/2024
Instrumento com taxa variável		
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa		
Remunerados por CDI	87.710	218.943
Total	87.710	218.943
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos		
Remunerado por CDI	(359.932)	(361.764)
Remunerado por SOFR	(74.830)	(63.184)
Total	(434.762)	(424.948)
Exposição líquida de ativos e passivos	(347.052)	(206.005)

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1), a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de suas posições de risco apuradas em 31 de março de 2025.

Esta análise considera as expectativas da administração em relação ao cenário macroeconômico, interno e externo. No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta em 31 de março de 2025, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de março de 2025 acrescido de deterioração de 10%, e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de possível e remoto, respectivamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia relacionados a riscos relevantes são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI, Dólar e da SOFR para empréstimos e financiamentos e para aplicações financeiras o CDI.

Análise de sensibilidade da variação de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa SOFR e CDI, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

O endividamento está atrelado, às taxas SOFR, TR, CDI e cupom fixo ("R\$ e USD"). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação da SOFR, TR ou CDI o custo do endividamento pós-fixado se eleva e por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos.

Quanto às aplicações da Companhia, o principal indexador é o CDI para operações no mercado interno e cupom fixo ("USD") para operações no mercado externo. Visto que ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis.

Risco de variação cambial

A seguir apresentamos as principais exposições ao risco de variação cambial.

	USD		R\$	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Operacional				
Caixa e equivalentes de caixa	14.712	15.190	84.481	94.062
Contas a receber de clientes	17.294	14.899	99.306	92.256
Subtotal	32.006	30.089	183.787	186.318
Financeiro				
Adiantamento de clientes	(17.012)	(15.066)	(97.684)	(93.290)
Empréstimos e financiamentos	(22.623)	(22.331)	(129.906)	(138.282)
Subtotal	(39.635)	(37.397)	(227.590)	(231.572)
Total da exposição	(7.629)	(7.308)	(43.803)	(45.254)
Derivativos (valor nominal)				
Non deliverable forwards (NDFs) Venda	(26.425)	(34.575)	(155.352)	(202.953)
Total dos derivativos	(26.425)	(34.575)	(155.352)	(202.953)
Exposição líquida	(34.054)	(41.883)	(199.155)	(248.207)

Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial oriunda de sua carteira de contas a receber do mercado externo (venda). O instrumento utilizado é Non Deliverable Forwards (NDF).

Além dos derivativos para proteção contra variação cambial para as contas a receber da Companhia (Venda), no primeiro trimestre de 2024 a companhia realizou operações de Non Deliverable Forwards (NDF) para proteção das dívidas em dólar (Compra), visando mitigar parte da variação cambial futura por conta de oscilações do câmbio.

Todas as operações de derivativos do programa de hedge, estão detalhadas no quadro a seguir, que inclui informações sobre o tipo de instrumento, instituição emissora, data de início, vencimento e valores de referência em dólar e reais.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	31/03/2025		31/03/2025
				Valor em (USD) mil	Valor em (R\$) mil	Resultado (R\$) mil
NDF	Banco Daycoval S.A.	Venda	04/2025	(1.500)	(8.800)	215
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	04/2025	(9.000)	(51.856)	372
NDF	Banco Safra S.A.	Venda	04/2025	(2.950)	(18.054)	1.177
NDF	BR Partners S.A.	Venda	04/2025	(2.500)	(14.636)	360
NDF	Banco BTG Pactual	Venda	04/2025	(6.450)	(38.408)	1.514
NDF	Banco Pine S.A.	Venda	04/2025	(3.550)	(20.680)	362
NDF	XP Investimentos	Venda	04/2025	(475)	(2.918)	199
Total				(26.425)	(155.352)	4.199

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	31/12/2024		31/12/2024
				Valor em (USD) mil	Valor em (R\$) mil	Resultado (R\$) mil
NDF	Banco Daycoval S.A.	Venda	01/2025	(400)	(2.365)	(104)
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	01/2025	(10.300)	(57.865)	(5.861)
NDF	Banco Bradesco S.A.	Venda	02/2025	(2.800)	(16.305)	(1.119)
NDF	Banco Safra S.A.	Venda	01/2025	(500)	(3.014)	(87)
NDF	Banco Safra S.A.	Venda	03/2025	(3.000)	(18.447)	(342)
NDF	BR Partners S.A.	Venda	01/2025	(1.000)	(5.603)	(597)
NDF	Banco BTG Pactual	Venda	01/2025	(900)	(5.439)	(134)
NDF	Banco BTG Pactual	Venda	02/2025	(1.975)	(12.061)	(234)
NDF	Banco BTG Pactual	Venda	03/2025	(1.050)	(6.477)	(94)
NDF	XP Investimentos	Venda	01/2025	(1.500)	(8.580)	(713)
NDF	XP Investimentos	Venda	02/2025	(6.150)	(36.180)	(2.087)
NDF	XP Investimentos	Venda	03/2025	(5.000)	(30.617)	(658)
Total				(34.575)	(202.953)	(12.030)

Risco de preço de commodities

A Companhia atua no ramo do agronegócio e no curso normal de suas operações está exposta a variações nos preços de commodities como boi gordo e boi magro no mercado interno. O mercado de commodities tem como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos como clima, volume de oferta, custos de transportes, armazenagem e políticas agropecuárias, entre outros. De acordo com a Política Financeira vigente, a diretoria é responsável por mapear as exposições a preços de commodities e propor a estratégia para mitigar tais exposições.

Composição dos instrumentos financeiros vendidos ou comprados de derivativos de commodities:

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	31/03/2025	
				Valor em (R\$) nominal	Resultado (R\$)
BGI	Necton Corretora	Venda	30/04/2025	12.298	(15)
BGI	Necton Corretora	Venda	31/05/2025	14.899	(122)
BGI	Necton Corretora	Venda	30/06/2025	7.227	(22)
BGI	Necton Corretora	Venda	31/07/2025	1.290	(6)
BGI	XP Investimentos	Compra	30/04/2025	10.547	67
Total				46.261	(98)

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento	Instituição	Posição	Data de vencimento	31/12/2024	
				Valor em (R\$) nominal	Resultado (R\$)
BGI	Necton Corretora	Venda	31/01/2025	20.687	999
BGI	Necton Corretora	Venda	28/02/2025	1.629	52
BGI	Necton Corretora	Venda	31/03/2025	318	1
BGI	XP Investimentos	Compra	31/01/2025	18.375	(667)
BGI	XP Investimentos	Compra	28/02/2025	24.262	(406)
BGI	XP Investimentos	Compra	31/03/2025	8.278	167
Total				73.549	146

Análise de sensibilidade ao câmbio

Com objetivo de verificar a sensibilidade líquida entre ativos e passivos sujeitos à variação do Dólar, a Companhia adotou três cenários para a análise, sendo um provável, apresentado, a seguir, e dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

Exposição em 31 de março de 2025

Risco de câmbio	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Cenários e níveis de preço	10% (6,3164 BRL/USD)	25% (7,1778 BRL/USD)	50% (8,6133BRL/USD)
Operacional	202.166	229.734	275.680
Financeira	(250.349)	(284.487)	(341.385)
Derivativos	(166.912)	(189.672)	(227.606)
Exposição líquida	(215.095)	(244.425)	(293.311)

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, e reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros designados para hedge accounting, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado.

31. Lucro por ação da companhia

O lucro básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias:

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.019	(5.060)
Média ponderada das ações	118.304	118.304
Lucro básico da ação da Companhia - R\$	0,00861	(0,04277)

32. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia considera a concentração e relevância dos riscos obtidos a partir de seu programa de gerenciamento de riscos.

Desta forma, as coberturas contratadas no mercado são compatíveis com seu porte e a natureza de sua atividade, em montantes entendidos como suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando ainda a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possui cobertura de seguro de imóvel, móveis e utensílios, maquinários e lucros cessantes na data de 31 de março de 2025, com apólice pelas Seguradoras HDI Global Seguros S.A., no montante total de R\$ 589.296, apólice nº 03.001.411.000092 com vigência de 26 de agosto de 2024 até 26 de fevereiro de 2026, conforme tabela adiante:

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Referente ao período findo em 31 de março de 2025 (expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

LR	Endereço	Situação	Total
1	Frigorífico de Bovinos - Lençóis Paulista - SP	Ativo	177.387
2	Frigorífico de Bovinos - São Félix do Xingu - PA	Ativo	166.604
3	Frigorífico de Bovinos - Água Azul do Norte - PA	Ativo	199.670
4	Escritório Corporativo - Lençóis Paulista - SP	Ativo	2.389
5	Frigorífico de Suínos - Lençóis Paulista - SP	Ativo	11.251
6	Graxaria Industrial - Lençóis Paulista - SP	Ativo	13.126
7	Centro de Distribuição - Bauru - SP	Ativo	14.362
8	Laboratório - Água Azul do Norte - PA	Ativo	1.501
7	Centro de Distribuição - Jandira-SP	Ativo	636
8	Fazenda Maguari - São Félix do Xingu - PA	Ativo	654
9	Fazenda Santo Expedito - Água Azul do Norte - PA	Ativo	1.634
7	Escritório Administrativo - Rua Chucri Zaidan, 1550 Conj. 16 e 17 São Paulo - SP	Ativo	82
Total			589.296

O Centro de Distribuição - Jandira - SP tem previsão contratual de apólice em responsabilidade da contratada e o seguro das mercadorias no valor total de R\$ 20.266, com cláusula beneficiária conforme endosso número 03, da apólice nº 118 26 4074345 da companhia de seguros Porto Seguro Cia de Seguros Gerais com vigência de 20 de junho de 2024 até 20 de junho de 2025.

As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações contábeis intermediárias, e, conseqüentemente, não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

33. Eventos subsequentes

No dia 01 de abril de 2025, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração a destituição do membro do Conselho de Administração o Sr. Dorival Gonzaga de Oliveira Júnior, a Acionista, consigna seus agradecimentos a todo os serviços prestados como membro do Conselho de Administração da Companhia;

No dia 14 de abril de 2025, foi aprovada em AGO, sem ressalvas:

- a) Demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;
- b) Relatório da administração e as contas dos administradores relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;
- c) Proposta da administração para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;
- d) Consignar a distribuição de dividendos em valor inferior aos dividendos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76;
- e) Reeleição do Sr. Britaldo Pedrosa Soares, para o cargo de Conselheiro Independente, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026;
- f) A fixação da remuneração global do ano de 2025 dos Administradores da Companhia que compreende a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

* * *